



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

Avenida Brasil, 116 – Centro – CEP: 17.509-052 – Marília/SP - Telefone: (14) 3401-2450

e-mail: financeiro.sads@marilia.sp.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Aplicação Legal: Artigo 2º, II - da Lei 14.133/2021 – Compra, inclusive por encomenda.

Área Requisitante	Responsável
Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania	Hélide Maria Parrera

1.1 Base Legal

1.1.1 A fundamentação jurídica desta contratação se encontra fundamentada na Lei Federal nº 14.133/2021; no Decreto Municipal 14.464/2024; na Lei Ordinária Municipal 9.184/2024 e demais legislações aplicáveis.

1.1.2 Considerando o disposto na Lei Ordinária Municipal nº 9.184 de 19 de novembro de 2024, por tratar-se de contratação habitual, a qual não se enquadra em nenhum dos incisos do artigo 3º da referida Lei, e embasada também no artigo 4º, esta unidade requisitante dispensou a elaboração do **Estudo Técnico Preliminar**, assim como da **Análise de Riscos**.

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO

2.1. Aquisição de um **veículo automotivo**, destinado à Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, conforme especificado na tabela abaixo e de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste instrumento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

Avenida Brasil, 116 – Centro – CEP: 17.509-052 – Marília/SP - Telefone: (14) 3401-2450

e-mail: financeiro.sads@marilia.sp.gov.br

Item	Código	Quant.	Unidade	Descrição
01	1.29.01.0630-1	01	UNIDADE	Veículo Automotivo com especificações mínimas: zero quilômetro; Ano e modelo não inferior à data da contratação; Tipo Hatch; 1.0 Turbo Automático; Cor preta; Capacidade para 05 (cinco) ocupantes; 05 (cinco) portas, incluindo a do bagageiro; Motorização 1.0 Turbo; Bicomcombustível (etanol/gasolina); Potência mínima de 115 CV (Álcool); Sistema de injeção eletrônica e gerenciamento eletrônico do motor; Transmissão automática, com no mínimo 06 (seis) marchas à frente; Tração dianteira; Direção elétrica; Suspensão dianteira independente tipo McPherson e suspensão traseira por eixo de torção ou equivalente; Sistema de freios com ABS e EBD; Equipado com: Controle eletrônico de estabilidade (ESC); Controle de tração (ASR/TC); Bloqueio eletrônico do diferencial ou sistema equivalente; Assistente de partida em rampa; Airbags frontais e laterais; Cintos de segurança de três pontos; Encostos de cabeça para todos os ocupantes; Sistema ISOFIX; Ar-condicionado; Vidros elétricos dianteiros e traseiros; Travas elétricas; Retrovisores externos com ajuste elétrico; Banco do motorista com ajuste de altura; Bancos em tecido; Câmera de ré; Computador de bordo; Sistema de alarme; Sistema de infotainment com tela sensível ao toque, rádio AM/FM, Bluetooth, entradas USB, compatível com Android Auto e Apple CarPlay; Volante multifuncional com ajuste de altura; Chave com comando remoto; Rodas aro mínimo 15", em liga leve ou em aço com calotas, compatíveis com o modelo; Todos os itens obrigatórios, conforme legislação vigente; garantia mínima de 12 (doze) meses.

2.2. O objeto desta contratação, enquadra-se na categoria de bens comuns, de que trata a Lei nº 14133/2021, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

Avenida Brasil, 116 – Centro – CEP: 17.509-052 – Marília/SP - Telefone: (14) 3401-2450

e-mail: financeiro.sads@marilia.sp.gov.br

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1 Necessidade da Secretaria:

A presente aquisição de 01 (um) veículo automotor decorre da Demanda Estadual nº 100400 (Emenda nº 2026.068.77899), modalidade Investimento, de autoria do Deputado Mauro Bragato, formalizada por meio do Termo de Convênio nº 000188/2026, destinada ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), executado diretamente por esta municipalidade.

O SCFV integra a Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e tem como finalidade prevenir situações de risco social, fortalecer vínculos familiares e comunitários e promover o desenvolvimento de potencialidades dos usuários. Para o adequado desenvolvimento das ações, faz-se indispensável garantir condições estruturais e logísticas que possibilitem a atuação contínua e eficaz das equipes técnicas nos diversos territórios de abrangência.

Nesse contexto, a aquisição do veículo se justifica pela necessidade de viabilizar o deslocamento das equipes de referência e de apoio, permitindo a realização de visitas técnicas, ações de busca ativa, acompanhamento familiar, articulação com a rede socioassistencial e intersetorial, além do transporte de materiais necessários à execução das atividades coletivas. A inexistência ou insuficiência de meio de transporte próprio compromete a regularidade, a continuidade e a qualidade dos atendimentos prestados.

Ademais, o veículo contribuirá diretamente para a ampliação do alcance territorial do serviço, assegurando maior presença institucional nos espaços comunitários e facilitando o acesso dos usuários às atividades ofertadas, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social ou residentes em áreas com maior dificuldade de locomoção.

A medida também visa otimizar a logística operacional do SCFV, proporcionando maior eficiência na organização das ações, melhor aproveitamento do tempo das equipes e fortalecimento das estratégias de monitoramento e avaliação do serviço, conforme preconizado pelas orientações técnicas da Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

Dessa forma, a aquisição do veículo configura-se como investimento essencial para a qualificação da oferta do SCFV, contribuindo para o fortalecimento da proteção social básica, a prevenção da ruptura de vínculos familiares e comunitários e a efetividade das ações socioassistenciais desenvolvidas no âmbito do SUAS.

3.2 Previsão no Plano de Contratações Anual (PCA)

Não houve previsão em plano de contratação anual uma vez que a Prefeitura de Marília ainda não elaborou o referido plano para o exercício de 2026. Ainda assim, a estimativa de valor foi considerada na previsão da LOA 2026.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

Avenida Brasil, 116 – Centro – CEP: 17.509-052 – Marília/SP - Telefone: (14) 3401-2450

e-mail: financeiro.sads@marilia.sp.gov.br

3.3 Justificativa da quantidade solicitada:

A quantidade a ser adquirida, correspondente a 01 (um) veículo automotor, foi definida com base na necessidade específica do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), considerando a realidade operacional do serviço, a disponibilidade atual de recursos e o objeto pactuado no Termo de Convênio nº 000188/2026.

Ressalta-se que o recurso financeiro proveniente da Demanda Estadual nº 100400 (Emenda nº 2026.068.77899) prevê a aquisição de um único veículo, na modalidade investimento, não havendo previsão orçamentária para quantitativo superior.

Além disso, a aquisição de 01 (um) veículo mostra-se suficiente para atender à demanda existente, uma vez que será utilizado de forma compartilhada pelas equipes técnicas, mediante planejamento e controle de uso, possibilitando o atendimento das atividades externas, visitas domiciliares, busca ativa e articulação com a rede socioassistencial nos territórios de abrangência do SCFV.

A definição do quantitativo observa, portanto, os princípios da economicidade, razoabilidade e eficiência, evitando aquisições desnecessárias e garantindo a adequada aplicação dos recursos públicos, ao mesmo tempo em que supre a necessidade essencial de mobilidade do serviço.

Dessa forma, a quantidade licitada é compatível com o objeto da contratação, com a capacidade operacional da Secretaria e com os limites estabelecidos no convênio, atendendo plenamente ao interesse público.

3.4. Justificativa para o parcelamento ou não da contratação

3.4.1. Esta Licitação será realizada por **Item**.

3.4.2. Justifica-se a adoção do critério por item, tendo em vista que o objeto consiste na aquisição de apenas uma unidade, não sendo possível sua divisão sob os aspectos técnico e operacional.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

O presente Termo de Referência tem como objetivo garantir o fornecimento de um veículo, essencial para a execução das atividades do SCFV, conforme Termo de Convênio nº 000188/2026. A aquisição será realizada por meio de **Contrato de Fornecimento**, escolhido por atender a uma demanda específica e previamente identificada.

4.1. Centralização e eficiência

A realização de um único processo licitatório fornece:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

Avenida Brasil, 116 – Centro – CEP: 17.509-052 – Marília/SP - Telefone: (14) 3401-2450

e-mail: financeiro.sads@marilia.sp.gov.br

- **Padronização** das especificações do bem, assegurando que o veículo atenda integralmente às necessidades da Administração e aos requisitos técnicos previamente definidos.
- **Otimização dos recursos públicos**, buscando a proposta mais vantajosa com o melhor custo-benefício para a aquisição do veículo.
- **Agilidade administrativa**, com a condução de procedimento único, reduzindo prazos e simplificando os trâmites necessários à efetivação da compra.

4.2. Critérios técnicos

Os itens listados possuem especificações detalhadas, como qualidade mínima exigida, e funcionalidades, de modo a garantir o atendimento pleno das necessidades da secretaria.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Os itens objeto deste Termo de Referência devem obedecer aos seguintes critérios e estarem de acordo com as especificações descritas neste Termo.

5.2. Subcontratação

5.2.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.2.2 Justifica-se a negativa da subcontratação pelas razões que seguem:

5.2.2.1 Apenas parte do contrato poderia ser subcontratada, nunca a integralidade, dificultando a fiscalização e gestão do contrato por impossibilidade de existência de relação jurídica direta entre Administração e Subcontratada;

5.2.2.2 Daria oportunidade para licitantes não qualificados participarem do certame com intuito prévio de terceirizar a execução do objeto;

5.2.2.3 Levaria à abertura para intermediação de negócios, encareceria os custos da contratação,

5.3. Da Proposta

5.3.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias corridos**, a contar da data de encerramento para entrega das propostas iniciais.

5.3.2. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta considerando quantitativos inferiores aos previstos para contratação.

5.4. Das Garantias

5.4.1. GARANTIA DA PROPOSTA

5.4.1.1. Não haverá exigência de garantia da proposta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

Avenida Brasil, 116 – Centro – CEP: 17.509-052 – Marília/SP - Telefone: (14) 3401-2450

e-mail: financeiro.sads@marilia.sp.gov.br

5.4.2. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

- 5.4.2.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, uma vez que o produto a ser adquirido é de natureza comum.

5.4.3. Garantia do Objeto

- 5.4.3.1. O veículo terá prazo de garantia de acordo com o ofertado pelo fabricante, não podendo ser inferior a **12 (doze) meses**, sem limite de quilometragem, a contar do recebimento definitivo por parte da Contratada.
- 5.4.3.2. Durante o prazo de vigência da garantia, caso o veículo apresente vícios, defeitos ou incorreções, deverá ser reparado e corrigido, sem ônus para esta Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação.
- 5.4.3.3. O pedido de substituição ou reparo do objeto, durante o período de garantia, será formalizado por telefone, e-mail ou outro meio hábil de comunicação.
- 5.4.3.4. Se o veículo, no período de 90 (noventa) dias contados a partir do recebimento definitivo, apresentar defeitos sistemáticos de fabricação, devidamente comprovados pela frequência de manutenções corretivas realizadas em concessionárias do fabricante, deverá ser substituído no prazo máximo de 60 (sessenta) dias. Este prazo será contado a partir da última manutenção corretiva realizada pela concessionária, dentro do período supracitado.
- 5.4.3.5. As substituições de peças e a mão-de-obra, quando das revisões em garantia, estarão sujeitas às obrigações praticadas no mercado, nos termos das legislações pertinentes e subsidiárias.
- 5.4.3.6. Caso venha a se consagrar vencedora deste certame, a empresa se compromete a realizar a indicação de relação de concessionária(s) autorizada(s) para realizar as revisões de garantia, bem como dar garantia de assistência técnica, conforme modelo no Anexo I.
- 5.4.3.7. O Licitante vencedor do certame entregará o Termo de Garantia (Anexo I) no momento da entrega do Objeto juntamente com a Nota Fiscal.
- 5.4.3.8. Justificamos a exigência de garantia mínima de **12 (doze) meses**, sem limite de quilometragem, bem como a fixação de prazos para reparo e eventual substituição do veículo, como medida necessária para resguardar o interesse público, assegurar a continuidade dos serviços e prevenir prejuízos ao erário, considerando que a indisponibilidade do bem pode comprometer as atividades operacionais da Administração, razão pela qual se estabelecem condições que garantam eficiência, qualidade e pronta solução de eventuais defeitos.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Condições de Entrega:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

Avenida Brasil, 116 – Centro – CEP: 17.509-052 – Marília/SP - Telefone: (14) 3401-2450

e-mail: financeiro.sads@marilia.sp.gov.br

6.1.1. O **veículo**, rigorosamente de acordo com o ofertado nas propostas, deverá ser entregue, no prazo de até **90 (noventa) dias corridos** contados do recebimento da AF (Autorização de Fornecimento), podendo ser prorrogado desde que plenamente justificado e autorizado pela Administração, no local indicado pela unidade requisitante – Frete CIF – Marília/SP.

6.1.2. A empresa contratada se responsabilizará pelo transporte e eventuais danos causados aos produtos por seus empregados, mesmo nas dependências físicas da Secretaria.

6.2. LOCAL E HORÁRIOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.2.1. O veículo será entregue no seguinte endereço: **Complexo de Secretarias Municipais, Av. Brasil, nº 116, Bairro Centro, Marília/SP.**

6.2.2. O veículo será entregue seguinte horário: **de segunda à sexta-feira, das 08hs às 16hs** (com exceção de feriados e pontos facultativos). Sem prejuízo ao andamento normal das atividades nos locais das intervenções. Em casos excepcionais, a entrega poderá ser realizada aos sábados, domingos e feriados, desde que solicitado com antecedência mínima de três dias úteis, devidamente autorizados pela Administração.

6.2.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2.4. As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.2.5. A Prefeitura de Marília poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.3. DO RECEBIMENTO

6.3.1. O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, **no ato da finalização da entrega do veículo**, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

6.3.2. Sob pena de não recebimento do objeto e instauração do devido processo administrativo, no prazo estabelecido neste Termo, a nota fiscal será apresentada no ato da entrega do veículo, deverá ser emitida pela mesma empresa, com o mesmo CNPJ da vencedora deste pregão

6.3.3. Será rejeitado no recebimento o veículo fornecido com especificações diferentes das constantes neste Termo e na Proposta



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

Avenida Brasil, 116 – Centro – CEP: 17.509-052 – Marília/SP - Telefone: (14) 3401-2450

e-mail: financeiro.sads@marilia.sp.gov.br

- 6.3.4.** Para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com a especificação será emitido Termo de Recebimento Provisório
- 6.3.5.** Se, após o recebimento, constar-se que foi entregue em desacordo com a proposta, com defeito, fora de especificação ou incompletos, após a notificação por escrito à PROPONENTE vencedora, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento até que sanada a situação
- 6.3.6.** O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser adequados no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades
- 6.3.7.** Após verificação da qualidade e quantidade do objeto e aceitação do mesmo será emitido Termo de Recebimento Definitivo
- 6.3.8.** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e consequente aceitação mediante termo detalhado
- 6.3.9.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais
- 6.3.10.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da execução nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato

6.4. É dever da CONTRATADA:

- 6.4.1.** No decorrer da entrega do veículo, determinar que seus funcionários e prepostos obrigatoriamente utilizem uniforme ou outra vestimenta do tipo, identificando a CONTRATADA, o qual deverá ser fornecido pela mesma, e os equipamentos de segurança específicos (EPI), quando couber, estabelecidos pela legislação pertinente.
- 6.4.2.** Responsabilizar-se por danos e/ou prejuízos causados diretamente por seus funcionários durante a entrega do objeto aos equipamentos, instalações gerais ou patrimônio da Secretaria, inclusive danos materiais e pessoais causados a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, apurados após regular processo administrativo.
- 6.4.3.** Arcar com todos os encargos incidentes, seja da seguridade social, trabalhista, tributária, fiscal, securitária, comercial, civil, criminal, previdenciária, de acidentes de trabalho, ou ainda, indenizações de qualquer natureza devidas a seus empregados, dirigentes, prepostos envolvidos no trabalho pertinente ao objeto da licitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

Avenida Brasil, 116 – Centro – CEP: 17.509-052 – Marília/SP - Telefone: (14) 3401-2450

e-mail: financeiro.sads@marilia.sp.gov.br

6.4.4. Responder por quaisquer danos ou prejuízos porventura causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, eximindo-se a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária;

6.4.5. Responsabilizar-se pelo pagamento da remuneração, transporte e alimentação dos profissionais executores da entrega.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1 Da assinatura do contrato

7.1.1. A empresa vencedora será convocada pela Divisão de Contratos do Município, para assinar o instrumento contratual.

7.1.2. A Administração encaminhará o Instrumento Contratual, por meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

7.1.2.1 A assinatura deverá ser preferencialmente eletrônica, com certificação pela ICP-Brasil, podendo ser realizada gratuitamente pelos seguintes sites: <https://assinador.iti.br/assinatura/> ou <https://marilia.1doc.com.br/atendimento>;

7.1.3 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada e, desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

7.1.4 Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato, consoante o disposto no artigo 90, da Lei Federal n.º 14.133/21.

7.1.5 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021.

7.1.6. No ato da assinatura do contrato a CONTRATADA deverá apresentar a “ Declaração de Atualização Cadastral”, conforme item 1.d do Termo de Ciência e Notificação nos termos do artigo 2º da Instrução Normativa 01/2020 (módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – Cad-TECESP- <https://www.tce.sp.gov.br/cadtecesp/>”).

7.2. DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

7.2.1. O prazo de vigência do contrato fica vinculado ao recebimento definitivo do objeto.

7.3. DO REAJUSTE DO CONTRATO

7.3.1. Os preços inicialmente contratados somente poderão sofrer reajuste após 12 (doze)



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

Avenida Brasil, 116 – Centro – CEP: 17.509-052 – Marília/SP - Telefone: (14) 3401-2450

e-mail: financeiro.sads@marilia.sp.gov.br

meses, contados da data do Orçamento Estimado, nos termos do Artigo 92, § 3º da Lei Federal nº 14.133/21, para reposição de eventual perda inflacionária, mediante requerimento da CONTRATADA, pelo índice do IPCA ou outro que vier a substituí-lo a fim de manter o valor real de mercado.

- 7.3.2. O requerimento deverá ser protocolado no site: www.marilia.1doc.com.br/atendimento, será apreciado pelos setores técnicos competentes e, ao final decidido pelo Gestor do Contrato.
- 7.3.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.3.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.3.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.3.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.3.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.3.8. O reajuste **poderá ser realizado por apostilamento** ao processo que originou o contrato, dispensada a formalização de termo Aditivo, conforme Artigo 136 da Lei Federal nº 14.133/21.

7.4. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

- 7.4.1. A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar, a critério do **CONTRATANTE**, a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.
- 7.4.2. Constituem motivos para a extinção do contrato, aqueles elencados na Lei Federal nº 14.133/21, e deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas situações previstas no artigo 137 da referida Lei.

7.5. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 7.5.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), conforme segue abaixo:

Fiscal do Contrato: Guilherme Bordignon Carneiro Bastos – Cargo: Motorista – CPF: 222.163.478-09

Fiscal Substituto do Contrato Fábio da Silva Reis - Cargo: Motorista - CPF: 223.580.388-14.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

Avenida Brasil, 116 – Centro – CEP: 17.509-052 – Marília/SP - Telefone: (14) 3401-2450

e-mail: financeiro.sads@marilia.sp.gov.br

O Fiscal de Contratos possui as seguintes atribuições, nos termos do Artigo 7º do Decreto Municipal 14.464/2024:

- 7.5.1.1.** Esclarecer prontamente as dúvidas surgidas na execução do objeto contratado;
- 7.5.1.2.** Expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias ao contratado para perfeita execução dos serviços;
- 7.5.1.3.** Encaminhar os apontamentos, realizados em registro próprio, ao gestor de contratos para que o mesmo tome as providências cabíveis;
- 7.5.1.4.** Proceder, conforme o caso, avaliação do cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;
- 7.5.1.5.** Adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços ou a execução de obras;
- 7.5.1.6.** Conferir e certificar as faturas ou notas fiscais relativas às aquisições, serviços ou obras e encaminhá-las à unidade responsável pela gestão do contrato;
- 7.5.1.7.** Proceder às avaliações dos serviços executados pela contratada, informando à unidade responsável pela gestão da contratação o que pode resultar na execução diversa do que foi contratado;
- 7.5.1.8.** Determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;
- 7.5.1.9.** Determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;
- 7.5.1.10.** Receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;
- 7.5.1.11.** Realizar, na forma do art. 140, da Lei Federal nº 14.133/2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;
- 7.5.1.12.** Propor ao gestor de contratos, a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

Avenida Brasil, 116 – Centro – CEP: 17.509-052 – Marília/SP - Telefone: (14) 3401-2450

e-mail: financeiro.sads@marilia.sp.gov.br

7.5.1.13. Outras atividades compatíveis com a função.

7.6. GESTOR DO CONTRATO

7.6.1. Fica indicado o Gestor do contrato, conforme segue abaixo:

Gestor do Contrato: Héliide Maria Parrera, Secretária Municipal de Assistência Social e Cidadania, CPF nº 407.273.308-37, ou por seu substituto.

7.6.2. O Gestor do Contrato terá atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, nos termos do Artigo 8º do Decreto Municipal 14.464/2024, especialmente:

7.6.2.1. Controlar a vigência do contrato;

7.6.2.2. Tomar providências objetivando eventual prorrogação do prazo ou abertura de novo processo licitatório;

7.6.2.3. Recepcionar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e proceder os devidos encaminhamentos;

7.6.2.4. Analisar os pedidos de aditivo contratual e proceder os devidos encaminhamentos;

7.6.2.5. Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

7.6.2.6. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

7.6.2.7. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado;

7.6.2.8. Analisar a documentação que antecede o pagamento;

7.6.2.9. Acompanhar o prazo para concessão de reajuste de preços, nos termos da data-base fixada no instrumento convocatório e tomar as providências necessárias para que o mesmo seja formalizado, após requerimento do interessado, mediante termo de apostilamento.

7.6.2.10. Acompanhar a renovação e/ou atualização das garantias contratuais no caso de prorrogação ou alteração de valores dos instrumentos contratuais;

7.6.2.11. Solicitar o empenho dos valores correspondentes aos contratos, aditivos ou atualizações.

7.6.2.12. Outras atividades compatíveis com a função.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

8.1. Critérios de Medição

8.1.1. A medição consiste na verificação de que o veículo entregue corresponde ao solicitado. Dessa forma, para a presente aquisição, a medição será realizada no ato



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

Avenida Brasil, 116 – Centro – CEP: 17.509-052 – Marília/SP - Telefone: (14) 3401-2450

e-mail: financeiro.sads@marilia.sp.gov.br

da entrega, pelo servidor responsável pelo recebimento, que confirmará se o veículo entregue está de acordo com as especificações solicitadas.

8.2. Da Liquidação

8.2.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.2.1.1.** o prazo de validade;
- 8.2.1.2.** a data da emissão;
- 8.2.1.3.** os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.2.1.4.** o valor a pagar; e
- 8.2.1.5.** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

8.2.3. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.3. Prazo de pagamento

8.3.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento efetivo de todos os produtos/serviços empenhados;

8.3.2. Não serão consideradas as propostas com condições de pagamento “Antecipado” e com prazo contado “Da emissão da Nota Fiscal”.

8.4. Forma de pagamento

8.4.1. A prefeitura NÃO efetuará pagamento através de cobrança bancária (boleto). Os pagamentos serão efetuados por meio de Ordem de Pagamento Bancária, mediante crédito em conta corrente, devendo para tanto a Licitante indicar no Modelo de Proposta os Dados Bancários: nº do Banco, Agência, nº da Conta corrente e Código de identificação se houver.

8.4.2. Havendo atrasos nos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, poderá haver incidência de correção monetária com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculados entre a data final do período de adimplemento de cada parcela e a do efetivo pagamento, devendo, entretanto ser solicitado pela CONTRATADA, através de requerimento protocolado no site (www.marília.1doc.com.br/atendimento).

9. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

Avenida Brasil, 116 – Centro – CEP: 17.509-052 – Marília/SP - Telefone: (14) 3401-2450

e-mail: financeiro.sads@marilia.sp.gov.br

9.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do MODO DE DISPUTA ABERTO, com critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

9.2 Participação de empresas em Consórcio

9.2.1 Não poderão participar pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

9.2.2 Justifica-se, de acordo com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, LEI 14.133, DE 1.º DE ABRIL DE 2021, TÍTULO II. DAS LICITAÇÕES, CAPÍTULO I. DO PROCESSO LICITATÓRIO, Art. 15, a participação de empresas em consórcio é geralmente autorizada pela Administração Pública quando a dimensão e a complexidade do objeto ou as circunstâncias concretas exigem a associação entre os particulares. Essas são situações em que apenas algumas empresas estariam aptas a preencher as condições especiais exigidas para a licitação. No entanto, no caso da presente Contratação, observamos que existe uma ampla variedade de empresas capazes de fornecer o veículo. Portanto, a restrição à participação de empresas em consórcio não limita a participação do certame, uma vez que há muitas empresas individualmente qualificadas para atender às necessidades da licitação. Assim, acreditamos que a não participação de empresas em consórcio é justificada neste caso.

9.3 Exigências de Habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.3.1 Habilitação Jurídica

9.3.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.3.1.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/ptbr/empreendedor>;

9.3.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.1.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.3.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente,



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

Avenida Brasil, 116 – Centro – CEP: 17.509-052 – Marília/SP - Telefone: (14) 3401-2450

e-mail: financeiro.sads@marilia.sp.gov.br

no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.3.1.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.3.1.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.3.2 Regularidade fiscal e trabalhista

9.3.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.3.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **Estadual/Distrital** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.3.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda **Estadual/Distrital** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.3.2.5. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos **Estadual/Distrital** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.3.2.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.3.2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.3.3 Qualificação Econômico-Financeira

9.3.3.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, com data de expedição não superior a **90(noventa) dias corridos**, contados da data de encerramento para entrega das propostas iniciais, desde que em validade - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.3.3.1.1 Justifica-se a exigência de certidão negativa de falência pela necessidade de assegurar a capacidade econômico-financeira da empresa contratada. Essa medida visa proteger o contratante de possíveis prejuízos decorrentes da contratação de uma empresa em situação de insolvência ou falência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

Avenida Brasil, 116 – Centro – CEP: 17.509-052 – Marília/SP - Telefone: (14) 3401-2450

e-mail: financeiro.sads@marilia.sp.gov.br

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 O custo estimado total da contratação terá como referência os valores unitários apurados na estimativa de preços, realizada por setor competente, constantes do quadro comparativo anexado ao Processo.

10.2 O orçamento estimado da contratação **não** terá caráter sigiloso, conforme o Art. 24 da Lei n.º 14.133/2021.

10.3 O preço estimado ou o máximo aceitável constará no edital da licitação, conforme Parágrafo único do Art. 24 da Lei n.º 14.133/2021.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município;

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11.3. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

ORGÃO: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.15.01 – Fundo Municipal de Assistência Social

CATEGORIA ECONÔMICA: 4.4.90.52 - Equipamentos e material permanente

VÍNCULO: 01.510.000 – Assistência Social – Geral

VÍNCULO: 02.000.000 – Transferências e Convênios Estaduais

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 08.245.0216.2.286 – SCFV

12. ANEXO(S)

ANEXO I – Modelo de Termo de Garantia

ANEXO II – Termo de Convênio nº 000188/2026 e Plano de Trabalho

ANEXO III - Planilha de Estimativa do Valor

13. RESPONSÁVEL

HÉLIDE MARIA PARRERA

Secretária Municipal de Assistência Social e Cidadania



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

Avenida Brasil, 116 – Centro – CEP: 17.509-052 – Marília/SP - Telefone: (14) 3401-2450

e-mail: financeiro.sads@marilia.sp.gov.br

ANEXO I

TERMO DE GARANTIA

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA

Prezados Senhores,

Ref.: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº** _____ /2026

A empresa, _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portadora do RG _____ e CPF _____, compromete-se a prestar garantia, nos seguintes termos:

I - O objeto terá prazo de garantia de acordo com o ofertado pelo fabricante, não podendo ser inferior a 12 meses, sem limite de quilometragem, a contar do recebimento definitivo por parte da Contratada.

II - Durante o prazo de vigência da garantia, caso o veículo apresente vícios, defeitos ou incorreções, deverá ser reparado e corrigido, sem ônus para esta Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação.

III - O pedido de substituição ou reparo do objeto, durante o período de garantia, será formalizado por telefone, e-mail, fax ou outro meio hábil de comunicação.

IV - Se o veículo, no período de 90 (noventa) dias contados a partir do recebimento definitivo, apresentar defeitos sistemáticos de fabricação, devidamente comprovados pela frequência de manutenções corretivas realizadas em concessionárias do fabricante, deverá ser substituído no prazo máximo de 60 (sessenta) dias. Este prazo será contado a partir da última manutenção corretiva realizada pela concessionária, dentro do período supracitado.

V - As substituições de peças e a mão-de-obra, quando das revisões em garantia, estarão sujeitas às obrigações praticadas no mercado, nos termos das legislações pertinentes e subsidiárias.

VI - Me comprometo a realizar a indicação de relação de concessionária(s) autorizada(s) para realizar as revisões de garantia, bem como darei garantia de assistência técnica.

Nome do responsável/procurador

Cargo do responsável/procurador

N.º do documento de identidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

Avenida Brasil, 116 – Centro – CEP: 17.509-052 – Marília/SP - Telefone: (14) 3401-2450

e-mail: financeiro.sads@marilia.sp.gov.br

ANEXO II

Termo de Convênio nº 000188/2026 e Plano de Trabalho



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
SEC.DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Memorando 14.388/26

CV-1316/26

TERMO DE CONVÊNIO

PROCESSO Nº: SEDS-PRC-2026-00119-DM

CONVÊNIO: 000188/2026

TERMO DE CONVÊNIO QUE CELEBRAM O **ESTADO DE SÃO PAULO**, POR MEIO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E O **MUNICÍPIO DE MARÍLIA**, OBJETIVANDO A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS À **AQUISIÇÃO DE VEÍCULO**

O Estado de São Paulo, por sua **SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**, com sede na Rua Boa Vista, nº 170, Centro - São Paulo-SP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 69.122.893/0001-44, representada, pela Secretária de Estado, **ANDREZZA ROSALÉM VIEIRA**, portadora da cédula de identidade R.G. nº 11.401.799-SSP-ES, e inscrita no CPF/MF sob o nº 039.312.037-60, devidamente autorizada pelo Senhor Governador, conforme Decreto nº 62.639, de 22 de junho de 2017, doravante designado **ESTADO** e o **MUNICÍPIO DE MARÍLIA**, com sede à Rua Bahia, 40, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 44.477.909/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **VINICIUS ALMEIDA CAMARINHA**, doravante denominado **MUNICÍPIO**, celebram o presente Convênio, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste convênio a transferência de recursos financeiros, do **ESTADO** ao **MUNICÍPIO**, para aquisição de **veículo**, de acordo com o plano de trabalho, o qual constitui parte integrante deste ajuste, independente de transcrição, na forma de Anexo I.

Parágrafo único - O plano de trabalho poderá ser revisto para alteração, mediante termo aditivo, respeitada a legislação vigente e após proposta previamente justificada pelo **Município** e autorização do **ESTADO**, baseada em parecer técnico favorável do órgão competente.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

São obrigações do **ESTADO**:

I - repassar ao **MUNICÍPIO**, em conformidade com as etapas constantes do plano de trabalho, os recursos previstos na cláusula quarta e nas condições explicitadas na cláusula quinta, mediante crédito a seu favor, em conta vinculada, na **Agência nº 0141-4, Conta nº 86.599-0**, do Banco do Brasil S.A., situada no Município ou, se for o caso, em município vizinho, observadas as disposições do artigo 184 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações posteriores;

II - Supervisionar e fiscalizar a execução integral do objeto conveniado, de responsabilidade exclusiva do **MUNICÍPIO**;

III - analisar e aprovar, se for o caso, as prestações de contas dos recursos repassados.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

São obrigações do **MUNICÍPIO**:



SEDS-TER2026000190DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
SEC.DESENVOLVIMENTO SOCIAL

I - Executar o objeto mencionado na cláusula primeira, sob sua inteira e total responsabilidade, nos prazos e condições estabelecidos, observando a legislação pertinente e os melhores padrões de qualidade e economia;

II - submeter à aprovação do **ESTADO**, com a antecedência necessária, quaisquer alterações que venham a ser feitas no plano de trabalho estabelecido;

III - aplicar os recursos repassados pelo **ESTADO**, no intervalo entre a liberação dos recursos e a sua efetiva utilização, em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização verificar-se em prazos menores que um mês;

IV - prestar contas de cada uma das parcelas recebidas, conforme estabelecido no cronograma físico-financeiro, apresentando demonstrativo das despesas efetuadas e do extrato bancário, com a movimentação financeira diária, sem prejuízo da prestação de contas devida ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, na forma de suas instruções específicas;

V - permitir e facilitar ao **ESTADO** e aos demais órgãos de fiscalização externa, inclusive se for o caso, conselhos gestores de fundos especiais atinentes à respectiva política setorial, o acompanhamento, a supervisão e a fiscalização da execução do objeto deste convênio, inclusive colocando à sua disposição a documentação referente a aplicação dos recursos;

VI - complementar, com recursos próprios, a execução do objeto deste convênio se os recursos repassados pelo **ESTADO** forem insuficientes;

VII - prestar contas ao **ESTADO**, nos moldes das instruções específicas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e na forma especificada na cláusula sexta deste instrumento;

VIII - entregar ao **ESTADO**, mensalmente, sob a forma de meio magnético ou transmissão eletrônica, a relação nominal atualizada dos beneficiários das ações conveniadas, contendo seus endereços completos, de acordo com modelo e instruções fornecidos pelo ESTADO, a fim de integrar o respectivo cadastro próprio de instituições, na forma do regulamento.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DOS RECURSOS

O valor total do presente convênio é de **R\$ 125.683,50** (cento e vinte e cinco mil, seiscentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos), sendo **R\$ 100.000,00** (cem mil reais) de responsabilidade do Estado e **R\$ 25.683,50** (vinte e cinco mil, seiscentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos) de contrapartida do Município.

§ 1º Os recursos de responsabilidade do Estado a serem transferidos ao MUNICÍPIO, são originários do ÓRGÃO 35000 – Secretaria de Desenvolvimento Social – Programa de Trabalho 04.127.5125.2272.0000 – PTRES 350136 - U.O. 35001 - U.G.E. 350101 – Natureza de Despesa – N.D. – 444052-01–Transferências a **Municípios Aquisição de Equipamentos e Material Permanente.** .

§ 2º - As receitas financeiras, auferidas em razão da aplicação dos recursos, serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto descrito na cláusula primeira deste termo, devendo constar de demonstrativo específico que integrará a prestação de contas.

CLÁUSULA QUINTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos de responsabilidade do **ESTADO** serão repassados ao **MUNICÍPIO** em conformidade com o cronograma físico-financeiro.

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
SEC.DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A prestação de contas final deverá ser apresentada ao **ESTADO**, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do vencimento da vigência desta avença, composta dos seguintes documentos:

I - cópia do termo de convênio;

II - cópia do plano de trabalho;

III - relatório de execução físico-financeira;

IV - demonstrativo da execução da receita e despesa, evidenciando o saldo e, quando for o caso, os rendimentos auferidos de aplicação no mercado financeiro;

V - relação de pagamentos efetuados com os recursos financeiros liberados pelo **ESTADO**, acompanhada dos respectivos comprovantes de realização das despesas, ambos em ordem cronológica;

VI - conciliação do saldo bancário;

VII - cópia do extrato da conta bancária vinculada ao presente convênio;

VIII - comprovante bancário, com autenticação mecânica de recolhimento dos recursos não aplicados, quando for o caso, à conta indicada pelo **ESTADO**.

§ 1º - O **MUNICÍPIO** fica autorizado, independentemente da celebração de termo de aditamento, a utilizar os recursos repassados no último mês de vigência estabelecido na cláusula oitava, bem como nos derradeiros meses de eventuais prorrogações, durante o prazo de 30 (trinta) dias, estabelecido no "caput" desta cláusula, para a apresentação da prestação de contas ao **ESTADO**, nos termos do disposto nas instruções específicas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

§ 2º - A autorização para uso dos recursos, de que cuida o § 1º desta cláusula, não implicará prorrogação do prazo para a apresentação da prestação de contas ao **ESTADO**.

§ 3º - O órgão responsável do **ESTADO**, ao receber do **MUNICÍPIO** a documentação referente à prestação de contas, conforme as exigências desta cláusula, deverá autuá-la em autos apartados, com a mesma numeração do processo que cuida do ajuste em questão, dele constituindo um apenso, além de elaborar o relatório de cumprimento do objeto do convênio, juntando-o a essa documentação.

§ 4º - Independentemente da prestação de contas a ser apresentada ao **ESTADO**, tratada nesta cláusula, o **MUNICÍPIO** deverá prestar contas dos recursos que lhe foram repassados no exercício, ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos moldes de suas instruções específicas, até 31 de janeiro do exercício subsequente ou em outro prazo que vier a ser fixado por aquele tribunal.

§ 5º - As faturas, notas fiscais, recibos e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas serão emitidos em nome do **MUNICÍPIO** e mantidos em arquivo em boa ordem, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle internos e externos, inclusive, se for o caso, conselhos gestores de fundos especiais atinentes à política setorial de que trata o convênio, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da emissão do parecer conclusivo sobre a prestação de contas pelo gestor do **ESTADO**, observadas as instruções específicas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO

O controle e a fiscalização da execução do presente ajuste incumbirão aos representantes indicados para tal finalidade pelos partícipes, sem prejuízo da atuação dos órgãos internos e externos, inclusive, se for o caso, os conselhos gestores de fundos especiais atinentes à respectiva política setorial.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
SEC.DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O presente convênio vigorará por **12 (doze) meses**, a contar da data de sua celebração, podendo ser prorrogado por motivo relevante, devidamente justificado e após aprovação do **ESTADO**, baseada em parecer técnico favorável da área competente, mediante termo aditivo, respeitada a legislação vigente, pelo prazo suficiente para a integral execução do objeto pactuado.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este convênio poderá, a qualquer tempo, ser denunciado por desinteresse unilateral ou consensual de qualquer dos partícipes, mediante comunicação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, e será rescindido por infração legal ou descumprimento de suas cláusulas, respondendo cada partícipe, em qualquer hipótese, pelas obrigações assumidas até a data do rompimento do acordo.

Parágrafo único - Ocorrendo a rescisão, a denúncia ou a extinção do presente convênio, deverá o **MUNICÍPIO** apresentar ao **ESTADO**, no prazo de até 30 (trinta) dias do ato, a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações assumidas até aquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS SALDOS FINANCEIROS REMANESCENTES

Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à conta indicada pelo **ESTADO**, por meio de guia de recolhimento, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pelo **ESTADO**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO

Obriga-se o **MUNICÍPIO**, nos casos de não utilização dos recursos para o fim conveniado ou de aplicação indevida destes recursos, a devolvê-los ao **ESTADO**, acrescidos da remuneração devida pela aplicação em caderneta de poupança a partir da data do seu repasse, juntando-se o comprovante do recolhimento.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA AÇÃO PROMOCIONAL

Em qualquer ação promocional, relacionada com o objeto do presente convênio deverá ser, obrigatoriamente, consignada a participação do Estado de São Paulo, pela Secretaria de Desenvolvimento Social, ficando vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens, que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do § 1º do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões oriundas ou relativas à execução ou interpretação deste Convênio, não resolvidas na esfera administrativa, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São Paulo, 27 de março de 2026

VINICIUS ALMEIDA CAMARINHA
PREFEITO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILIA

ANDREZZA ROSALÉM VIEIRA
SECRETÁRIA DE ESTADO



SEDSTER2026000190DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
SEC.DESENVOLVIMENTO SOCIAL

GABINETE DO SECRETÁRIO - GS

REGISTRADO sob nº CV-1316/26

Marília, 30/03/2026

Diretoria de Contratos – SSUP



Assinado com senha por: VINICIUS ALMEIDA CAMARINHA - 25/03/2026 às 16:43:43
Assinado com senha por: ANDREZZA ROSALÉM VIEIRA - 27/03/2026 às 14:27:33
Documento N°: 050243A6164756 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/050243A6164756>



SEDSTER2026000190DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
SEC.DESENVOLVIMENTO SOCIAL



ANEXO RP-03 – TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (REPASSES A ÓRGÃOS PÚBLICOS)
(REPASSES A ÓRGÃOS PÚBLICOS)

ÓRGÃO CONCESSOR: **SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

ÓRGÃO BENEFICIÁRIO: **PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILIA**

PROCESSO Nº: SEDS-PRC-2026-00119

Nº DO CONVÊNIO:(1) **000188/2026**

TIPO DE CONCESSÃO: (2) **CONVÊNIO**

VALOR DO AJUSTE/VALOR REPASSADO(3): R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

EXERCÍCIO (3): 2026

ADVOGADO(S) / Nº OAB / E-MAIL: (4) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1.Estamos CIENTES de que:

- o ajuste acima referido e seus aditamentos, bem como os processos das respectivas prestações de contas, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://doe.tce.sp.gov.br/>), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- as informações pessoais dos responsáveis pelos órgãos conessor e beneficiário, bem como do interveniente e interessados, estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2024, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s).

2.Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.
- Este termo corresponde à situação prevista no inciso II do artigo 30 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, em que, se houver débito, determinando a notificação do responsável para, no prazo estabelecido no Regimento Interno, apresentar defesa ou recolher a importância devida;
- A notificação pessoal só ocorrerá caso a defesa apresentada seja rejeitada, mantida a determinação de recolhimento, conforme §1º do artigo 30 da citada Lei.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE CONCESSOR:



SEDSAP2026000221DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
SEC.DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Nome: **ANDREZZA ROSALÉM VIEIRA**

Cargo: Secretária do Estado

CPF: 039.312.037-60

ORDENADOR DE DESPESAS DO ÓRGÃO/ENTIDADE CONCESSOR:

Nome: **MARIA ANGÉLICA MONICI**

Cargo: Chefe de Divisão

CPF: 032.053.778-18

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE BENEFICIÁRIO:

Nome: VINICIUS ALMEIDA CAMARINHA

Cargo: Prefeito

CPF: 285.367.778-85

Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou Parecer Conclusivo PELO ÓRGÃO/ENTIDADE CONCESSOR:

Nome: ANDREZZA ROSALÉM VIEIRA

Cargo: Secretária do Estado

CPF: 039.312.037-60

Responsáveis que assinaram o ajuste e respectiva prestação de contas: PELO ÓRGÃO/ENTIDADE BENEFICIÁRIO:

Nome: **VINICIUS ALMEIDA CAMARINHA**

Cargo: Prefeito

CPF: 285.367.778-85

PELO INTERVENIENTE (devidamente cadastrado no sistema):

Nome:

Cargo (se for o caso):

CPF:





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
SEC.DESENVOLVIMENTO SOCIAL

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade:

Nome:

Cargo:

CPF:

(1) Quando for o caso.

(2) Convênio, Auxílio, Subvenção ou Contribuição.

(3) Valor repassado e exercício, quando se tratar de processo de prestação de contas

(4) Facultativo. Indicar quando já constituído.

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica.

São Paulo, 27 de março de 2026

VINICIUS ALMEIDA CAMARINHA
PREFEITO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILIA

ANDREZZA ROSALÉM VIEIRA
SECRETÁRIA DE ESTADO
GABINETE DO SECRETÁRIO - GS



SEDS CAP2026000221DM



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
SEC.DESENVOLVIMENTO SOCIAL



Assinado com senha por: VINICIUS ALMEIDA CAMARINHA - 25/03/2026 às 16:43:38
Assinado com senha por: ANDREZZA ROSALÉM VIEIRA - 27/03/2026 às 14:27:31
Documento N°: 050243A6164755 - consulta é autenticada em:
<https://demandas.spsempapel.sp.gov.br/demandas/documento/050243A6164755>



SEDSCAP2026000221DM

Plano de Trabalho - Portfólio AQUISIÇÃO - Prefeitura Municipal (PM)

1. Dados da Prefeitura Municipal

Prefeitura: Municipal de Marília
CNPJ: 44.477.909/0001-00
Endereço: Rua Bahia, 40
CEP: 17601-900
Município: Marília
Telefone: (14) 3402-6000
E-mail institucional: gabinete@marilia.sp.gov.br

2. Identificação do Prefeito

Nome: Vinícius Almeida Camarinha
Data de nascimento: 06/11/1979 RG: 30.692.755-X
CPF: 285.367.778-85
Formação: Direito
Endereço: Rua Bahia, nº 165, Sala 72,
Bairro Centro CEP: 17501-080
Município: Marília - SP
Telefones: 14-3402-6006
E-mail pessoal: vinicius.camarinha@marilia.sp.gov.br
E-mail institucional: gabinete@marilia.sp.gov.br

3. Identificação do Técnico Responsável pela execução do serviço a ser qualificado

Nome: Elis Vânia de Melo
Data de nascimento: 11/04/1986
CPF: 350.963.018-18
RG: 42.951.113-9
Formação: Assistente Social
Endereço: Avenida Dr. Hércules Galletti, 450 A, Bloco 8, Apto 103
CEP: 17.527-350
Município: Marília/SP
Telefones: (14) 99808-3995
E-mail pessoal: elisvaniemelo@gmail.com
E-mail institucional: scfv.sads@marilia.sp.gov.br

4. Apresentação da Prefeitura.

O município de Marília localiza-se na XI Região Administrativa do Estado de São Paulo, na região Centro-Oeste, a 443 km da capital. A cidade foi constituída na década de 1920 e possui 96 anos de emancipação política, com uma população estimada em 240.590 habitantes, segundo dados do IBGE de 2020. Apresenta três regiões de maior vulnerabilidade social — Zona Norte, Sul e Oeste —, onde há significativa concentração de favelas, com elevados índices de desemprego e subemprego. Com um grau de urbanização de 95,51%, o município abrange os distritos de Rosália, Amadeu Amaral, Avencas, Lácio, Padre Nóbrega e Dirceu. A Política Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social tem como prioridade a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial, com serviços voltados ao atendimento de crianças e adolescentes, idosos, famílias e indivíduos, pessoas com deficiência, migrantes e pessoas em situação de rua. Para sua execução, busca parcerias com

instituições governamentais e não governamentais, compondo uma ampla rede socioassistencial. Atualmente, a rede de execução direta do município compreende:

- A Gestão do Programa Bolsa Família;
- Cinco Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), sendo dois na região norte, um na região oeste e dois na região sul;
- Um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS);
- Três Centros Dia do Idoso, sendo um localizado na região central, um na região norte e um na região sul;
- Uma Casa de Passagem (Casa Cidadã), destinada ao atendimento da população em situação de rua (migrantes);
- Um Centro POP: Serviço especializado em abordagem social e Serviço especializado para pessoas em situação de rua
- Um Banco de Alimentos na região central.

A gestão das ações na área da Assistência Social compete à Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (SUAS), conforme estabelece a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, alterada pela Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011, cujas normas gerais e coordenação são de competência da União. A Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, na condição de órgão gestor, atua de forma articulada com as esferas federal e estadual, observando as normas gerais do SUAS, cabendo-lhe coordenar e executar os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, com os seguintes objetivos: I - Garantir a proteção social, visando à preservação da vida, à redução de danos e à prevenção de riscos, especialmente: a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; b) o amparo às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social; c) a promoção da inserção no mercado de trabalho; d) habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência e sua integração à vida comunitária; II Desenvolver a vigilância socioassistencial, com análise territorial da capacidade protetiva das famílias, identificando vulnerabilidades, ameaças, vitimizações e danos; III Defender os direitos socioassistenciais, assegurando o pleno acesso às provisões previstas; IV Garantir a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis; V– Assegurar a primazia da responsabilidade do ente político na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo; VI– Promover a centralidade da família na concepção e implementação de benefícios, serviços, programas e projetos, tendo como base o território. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social é realizada de forma integrada com as políticas setoriais, visando à universalização da proteção social e ao atendimento das contingências sociais.

Experiência prévia: o Órgão Gestor da Política de Assistência Social do município de Marília foi criado em 11 de setembro de mil novecentos e noventa e cinco, através da Lei nº 4104/95, sendo posteriormente alterada pela Lei nº 7627/2014, de 10 de junho de 2014. Destaca-se que, conforme Lei Complementar nº 1001/2025, publicada em 21 de maio de 2025, houve a alteração da nomenclatura do Órgão Gestor para Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania.

O Sistema Municipal de Assistência Social de Marília é regulamentado pela Lei Municipal nº 8.570/2020 e por seu decreto regulamentador, que organizam a Política de Assistência Social conforme a LOAS e o SUAS, definindo a atuação do órgão gestor, a gestão do Fundo Municipal de Assistência Social, a execução dos serviços nas unidades da Proteção Social Básica e Especial (CRAS, CREAS e Centro POP) e a participação deliberativa do CMAS; tais instrumentos garantem a legalidade, transparência, controle social e cofinanciamento das ações, constituindo a base

normativa necessária para execução de programas, projetos e emendas parlamentares no âmbito da assistência social do município.

Articulação em rede socioassistencial e intersetorial:

A Proteção Social Básica em Marília opera por meio de uma articulação integrada da rede socioassistencial e intersetorial, coordenada pela Secretaria Municipal responsável pela Assistência Social, envolvendo os CRAS como porta de entrada do SUAS, as equipes do PAIF e do SCFV, bem como a rede complementar de organizações da sociedade civil inscritas no CMAS; essa articulação se estende às políticas de saúde, educação, habitação, trabalho, segurança alimentar e direitos humanos, assegurando atendimentos continuados, encaminhamentos qualificados, fluxos de referência e contrarreferência, ações territoriais, busca ativa e acompanhamento familiar, fortalecendo vínculos comunitários, prevenindo situações de risco e garantindo a efetividade dos serviços e programas a serem financiados pela emenda parlamentar.

Relevância pública e social:

A presente emenda parlamentar destina-se ao fortalecimento da Proteção Social Básica no âmbito da Política Pública de Assistência Social, contribuindo diretamente para a prevenção de vulnerabilidades, o apoio às famílias em situação de risco social e a garantia de direitos. Sua aplicação possui elevada relevância pública e social, pois amplia a capacidade de atendimento dos CRAS, fortalece ações do PAIF e do SCFV, promove vínculos familiares e comunitários, reduz fatores de risco, qualifica a resposta territorial e melhora a articulação com políticas de saúde, educação, trabalho e segurança alimentar. O investimento assegura continuidade dos serviços essenciais, reforça a rede socioassistencial e potencializa a proteção social de famílias, crianças, adolescentes, idosos e demais grupos vulneráveis, gerando impacto social positivo imediato e duradouro no município.

Capacidade técnica operacional:

O Serviço possui estrutura técnica, física e administrativa compatível com a execução dos serviços socioassistenciais conforme a Tipificação Nacional. Conta com equipe multiprofissional composta por assistentes sociais, psicólogos, educadores sociais e equipe de apoio administrativo, devidamente capacitada para o desenvolvimento das ações previstas. Dispõe de instalações adequadas, equipamentos e sistemas de gestão que asseguram a oferta contínua, qualificada e monitorada dos serviços, em conformidade com as normativas do SUAS. A experiência acumulada na execução de programas e projetos sociais demonstra capacidade técnica e operacional para o cumprimento das metas e resultados estabelecidos neste plano de trabalho.

5. Descrição do Serviço a ser qualificado no âmbito da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é definido como: Um serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos que garantam aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com seu ciclo de vida, com o objetivo de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Trata-se de uma forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, no âmbito familiar e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de experiências, desenvolver o sentimento de pertencimento e identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, visando à construção de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social.

5.1 - Centro de Convivência – Casa do Pequeno Cidadão Padre Nóbrega

- Nome do Serviço: Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes
- Faixa Etária: 6 a 15 anos
- Sexo: ambos
- Período de funcionamento das atividades do Serviço: Segunda à Sexta 08h às 17h
- Capacidade de atendimento: 80
- Previsão de pessoas atendidas: 69
- Localização: Rua Álvaro Borges da Cunha, s/nº, Chácara Água Viva – Bairro Sítios de Recreio Letícia, Distrito de Padre Nóbrega - Marília/SP

5.2 - Centro de Convivência – Casa do Pequeno Cidadão Rosália

- Nome do Serviço: Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes
- Faixa Etária: 6 a 15 anos
- Sexo: ambos
- Período de funcionamento das atividades do Serviço: Segunda à Sexta 08h às 17h
- Capacidade de atendimento: 60
- Previsão de pessoas atendidas: 32
- Localização: Rua José Belmiro da Rocha, nº 155 - Distrito de Rosália- Marília/SP

5.3 - Centro de Convivência – Casa do Pequeno Cidadão Santa Antonieta

- Nome do Serviço: Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes
- Faixa Etária: 6 a 15 anos
- Sexo: ambos
- Período de funcionamento das atividades do Serviço: Segunda à Sexta 08h às 17h
- Capacidade de atendimento: 100
- Previsão de pessoas atendidas: 71
- Localização: Arnaldo Toledo de Barros, nº 1589, Bairro Santa Antonieta - Marília/SP

5.4 - CRAS Zona Oeste – Regina Célia Gomes de Moraes Michelli

- Nome do Serviço: Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para idosos
- Faixa Etária: igual ou superior a 60 anos
- Sexo: ambos
- Período de funcionamento das atividades do Serviço: quartas e quintas-feiras das 08h às 10h
- Capacidade de atendimento: 60
- Previsão de pessoas atendidas: 58
- Localização: Rua Amador Bueno, nº 855, Bairro Comerciais II - Marília/SP

5.5 - CRAS Santa Antonieta

- Nome do Serviço: Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para idosos
- Faixa Etária: igual ou superior a 60 anos
- Sexo: ambos
- Período de funcionamento das atividades do Serviço: quartas e sextas-feiras das 08h30 às 10h e quintas-feiras das 09h às 10h30
- Capacidade de atendimento: 70
- Previsão de pessoas atendidas: 60
- Localização: Av. João Martins Coelho nº 1944, Bairro Santa Antonieta - Marília/SP

5.6 - CRAS Leonel Brizola

- Nome do Serviço: Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para idosos
- Faixa Etária: igual ou superior a 60 anos
- Sexo: ambos
- Período de funcionamento das atividades do Serviço: terças e quartas-feiras das 13h30 às 15h30
- Capacidade de atendimento: 45
- Previsão de pessoas atendidas: 32
- Localização: Rua Urias Avelino de Moraes, nº 921, Bairro Leonel Brizola - Marília/SP

5.7 - CRAS Teotônio Vilela

5.7.1 - Nome do Serviço: Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes

- Faixa Etária: 6 a 15 anos
- Sexo: ambos
- Período de funcionamento das atividades do Serviço: segundas, quartas e sextas-feiras das 09h às 11h e das 13h às 16h
- Capacidade de atendimento: 30
- Previsão de pessoas atendidas: 12

5.7.2 - Nome do Serviço: Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para idosos

- Faixa Etária: igual ou superior a 60 anos
- Sexo: ambos
- Período de funcionamento das atividades do Serviço: terças e quintas-feiras das 08h30 às 09h30
- Capacidade de atendimento: 50
- Previsão de pessoas atendidas: 40
- Localização: Rua Sebastião Mazalli, s/nº, Bairro Teotônio Vilela - Marília/SP

5.8 - CRAS Rosa dos Santos Modelli

- Nome do Serviço: Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para idosos
- Faixa Etária: igual ou superior a 60 anos
- Sexo: ambos
- Período de funcionamento das atividades do Serviço: quartas-feiras das 08h30 às 10h
- Capacidade de atendimento: 30
- Previsão de pessoas atendidas: 22
- Localização: Rua Ioneu Carvalho Domingues, 586, Bairro Paulo Correa de Lara - Marília/SP.

6. Descrição de como a realidade social será transformada.

O território de abrangência apresenta vulnerabilidades sociais caracterizadas por: famílias com renda per capita reduzida, baixa escolaridade, inserção precária no mercado de trabalho, déficit de acesso a atividades culturais e esportivas, isolamento social de pessoas idosas, ocorrência de trabalho infantil, violência intrafamiliar e fragilidade nos vínculos familiares e comunitários. Essas situações contribuem para a ampliação de riscos sociais, como o afastamento da escola, a perda de vínculos, o preconceito e a exclusão social, demandando intervenção preventiva e protetiva. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos atua de forma complementar ao PAIF, com foco na prevenção de situações de risco social, no fortalecimento da função protetiva da família e no desenvolvimento de potencialidades individuais e coletivas. As vulnerabilidades mencionadas decorrem, em grande parte, da ausência de espaços seguros de socialização e do acesso restrito a

oportunidades de desenvolvimento. Assim, ao ofertar atividades regulares, planejadas e coletivas, o SCFV promove o convívio familiar e comunitário, estimula a participação social e amplia as capacidades de enfrentamento das situações de vulnerabilidade. Para tratar das questões sociais do município, a Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania tem uma rede de atendimento que oferece Serviços Socioassistenciais, formada pelo Órgão Gestor e três Centros de Convivência. Também conta com oito Organizações da Sociedade Civil (OSCs) que prestam o Serviço de Proteção Social Básica, por meio do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Em 2025, a rede de atendimento direta do município teve 396 vagas preenchidas, e foram pactuadas 265 vagas para execução por Organizações da Sociedade Civil (OSC).

A realidade social pode ser transformada através do SCFV, conforme descrito a seguir:

- Fortalecendo vínculos familiares e comunitários
- Prevenindo situações de risco social (como violência, trabalho infantil, isolamento e uso de drogas)
- Estimulando o protagonismo e a autonomia dos participantes
- Promovendo cidadania e inclusão social
- Oferecendo acesso a atividades culturais, educativas, esportivas e de lazer
- Contribuindo para o desenvolvimento pessoal e coletivo
- Ampliando o acesso a direitos e articulando com outras políticas públicas
- Fortalecendo redes de apoio na comunidade

7. Fases da Execução.

- Planejamento, com a elaboração do Plano de Trabalho; Seleção de Celebração;
- Execução;
- Monitoramento e Avaliação;
- Prestação de Contas.

8. Caracterização socioeconômica da região, das vulnerabilidades sociais do território, considerando o usuário a ser atendido.

Em 2024, a população de Marília era estimada em 246.627 habitantes, conforme dados do IBGE. A densidade demográfica do município, segundo o Censo de 2022, era de 203,01 habitantes por quilômetro quadrado. De acordo com informações da Fundação SEADE, a faixa etária mais expressiva da população está entre 15 e 59 anos. Entre 2020 e 2025, projeta-se uma queda populacional nas faixas etárias de 0 a 14 anos e de 15 a 59 anos, com aumento na população com 60 anos ou mais. No que tange a “Trabalho e Rendimento”, em 2021, o salário médio era de R\$ 2.500,00, e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 55%. Em termos econômicos, Marília registrou um PIB per capita de R\$ 40.272,45 no mesmo ano. Conforme dados do Sistema Cadastro Único, até o último levantamento, 17.536 famílias estavam cadastradas em Marília, sendo que 5.013 possuíam renda de até meio salário mínimo. Beneficiários do Benefício de Prestação Continuada BPC- Pessoas com Deficiente 2.531 e Idosos 2.804. Destaca-se que, em junho de 2025, o Programa Bolsa Família beneficiou 8.549 famílias no município. Embora existam 5.013 famílias com renda de até meio salário mínimo cadastradas no Cadastro Único, a participação delas nas ações de inclusão produtiva ainda é reduzida. Diante disso, em 2025, o Órgão Gestor da Assistência Social está promovendo a reestruturação da Proteção Social Básica e da gestão do Programa Bolsa Família, com o objetivo de aprimorar o atendimento a essas famílias. Está sendo implementada a descentralização do Cadastro Único para os bairros, com o propósito de ampliar o cadastramento nos territórios, aperfeiçoar o planejamento territorial e a articulação intersetorial,

facilitar o acesso das famílias às políticas sociais, reduzir custos e tempo de deslocamento para o atendimento e favorecer a inserção dessas famílias em grupos socioeducativos. Essas medidas devem gerar impactos positivos para o Serviço, contribuindo para tornar o SCFV mais acessível, eficiente e efetivo na promoção da convivência e no fortalecimento de vínculos comunitários. As áreas atendidas compreendem município de Marília, os distritos Avencas, Rosália, Padre Nóbrega, Lácio, Dirceu, Amadeu Amaral.

9. Impacto social esperado.

- Redução de ocorrências de situações de vulnerabilidade social;
- Prevenção da ocorrência de riscos sociais, seu agravamento ou reincidência;
- Aumento de acessos a serviços socioassistenciais e setoriais;
- Promover restabelecimento dos vínculos familiares e comunitários e/ou sociais;
- Melhoria da qualidade de vida das famílias residentes nos territórios e município.

10. Objetivo Geral.

Adquirir veículo automotor para fortalecer e qualificar a execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), assegurando melhores condições de mobilidade para o deslocamento de equipes técnicas e materiais, ampliando o acesso às atividades socioassistenciais, promovendo a inclusão social, a convivência comunitária e o fortalecimento de vínculos familiares e sociais, em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS e as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social – SUAS

11. Objetivos Específicos.

- Fortalecer a função protetiva da família;
- Prevenir a ruptura de vínculos familiares e comunitários;
- Apoiar famílias com membros que necessitam de cuidados, promovendo espaços coletivos de escuta e troca;
- Viabilizar o deslocamento da equipe técnica e de apoio para execução de ações externas, visitas técnicas, busca ativa, articulação com a rede socioassistencial e acompanhamento das famílias referenciadas;
- Otimizar a logística e a organização das atividades do SCFV, possibilitando maior regularidade, continuidade e qualidade no atendimento prestado;
- Contribuir para a efetividade da Política de Assistência Social, em consonância com as diretrizes do SUAS, garantindo melhores condições estruturais para a execução do serviço.

12. Meta.

Adquirir 01 (um) veículo automotor, conforme especificações técnicas exigidas pelo Estado, destinado ao suporte das equipes de referência do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), com a finalidade de viabilizar o deslocamento das equipes técnicas para o planejamento, execução, acompanhamento e monitoramento das atividades do serviço nos diferentes territórios.

A disponibilização do veículo permitirá melhores condições de trabalho às equipes, assegurando presença técnica contínua nos espaços comunitários, articulação com a rede socioassistencial e intersetorial, acompanhamento sistemático dos usuários e apoio às ações coletivas, contribuindo para a

qualificação da oferta do SCFV, a ampliação do alcance territorial e o fortalecimento da proteção social básica.

13. Metodologia

O veículo será utilizado para viabilizar o deslocamento sistemático das equipes técnicas aos territórios de abrangência do serviço, possibilitando o planejamento, a execução e o acompanhamento das atividades coletivas, visitas técnicas, articulação com a rede socioassistencial e intersetorial, bem como ações de monitoramento e avaliação do serviço, conforme preconizado pelas Orientações Técnicas do SCFV.

A utilização do veículo seguirá planejamento prévio, com cronograma definido pela coordenação do SCFV, observando critérios de uso institucional, controle de itinerários e registro das atividades realizadas, assegurando a adequada aplicação do recurso público, a otimização do trabalho das equipes e a qualificação da oferta do serviço, com vistas ao fortalecimento da proteção social básica e dos vínculos familiares e comunitários.

14. Recursos Físicos.

As unidades executoras da rede direta dispõem de infraestrutura em condições adequadas para o funcionamento dos serviços socioassistenciais, considerando os parâmetros de acessibilidade, higiene, habitabilidade e salubridade previstos na Tipificação Nacional.

As unidades executoras da rede direta contam com as instalações especificadas abaixo. Os imóveis alugados são os seguintes: CRAS Santa Antonieta, Centro de Convivência – Casa do Pequeno Cidadão Santa Antonieta, Centro de Convivência – Casa do Pequeno Cidadão Padre Nóbrega, sendo os demais equipamentos localizados em imóvel próprio.

- Centro de Convivência – Casa do Pequeno Cidadão Padre Nóbrega

Nº de ordem	Quantidade	Especificação
01	06	Banheiro
02	00	Banheiro adaptado
03	02	Cozinha
04	01	Salas de atividades socioeducativas/reuniões
05	00	Quadra poliesportiva coberta
06	00	Quadra poliesportiva sem cobertura
07	01	Refeitório
08	00	Recepção
09	01	Sala de Coordenação/Administração
10	01	Sala de atendimento
11	01	Sala de Equipe Técnica

- Centro de Convivência – Casa do Pequeno Cidadão Rosália

Nº de ordem	Quantidade	Especificação
01	04	Banheiro
02	00	Banheiro adaptado
03	01	Cozinha
04	02	Salas de atividades socioeducativas/reuniões (sendo 1 compartilhado entre atividades e refeitório E outro ambiente em sala de atividades e sala de vídeo)
05	01	Quadra poliesportiva coberta (cedida pela escola estadual quando não está em uso)
06	00	Quadra poliesportiva sem cobertura
07	01	Refeitório (sendo 1 compartilhado entre atividades e refeitório)
08	00	Recepção
09	01	Sala de Coordenação/Administração
10	00	Sala de atendimento
11	01	Sala de Equipe Técnica (compartilhada entre educadoras e técnica de referência em dia de atendimento)

- Centro de Convivência – Casa do Pequeno Cidadão Santa Antonieta

Nº de ordem	Quantidade	Especificação
01	04	Banheiro
02	00	Banheiro adaptado
03	01	Cozinha
04	03	Salas de atividades socioeducativas/reuniões
05	00	Quadra poliesportiva coberta
06	01 (gramado)	Quadra poliesportiva sem cobertura
07	01	Refeitório
08	01	Recepção
09	01	Sala de Coordenação/Administração
10	01	Sala de atendimento
11	01	Sala de Equipe Técnica

- CRAS Zona Oeste – Regina Célia Gomes de Moraes Michelli

Nº de ordem	Quantidade	Especificação
-------------	------------	---------------

01	04	Banheiro
02	01	Banheiro adaptado
03	01	Cozinha
04	01	Salas de atividades socioeducativas/reuniões (multimídia)
05	00	Quadra poliesportiva coberta
06	00	Quadra poliesportiva sem cobertura
07	01	Refeitório
08	01	Recepção
09	01	Sala de Coordenação/Administração
10	02	Sala de atendimento
11	02	Sala de Equipe Técnica
12	01	Sala de despejo

- CRAS Santa Antonieta

Nº de ordem	Quantidade	Especificação
01	01	Banheiro
02	01	Banheiro adaptado
03	01	Cozinha
04	01	Salas de atividades socioeducativas/reuniões
05	00	Quadra poliesportiva coberta
06	00	Quadra poliesportiva sem cobertura
07	00	Refeitório
08	01	Recepção
09	00	Sala de Coordenação/Administração
10	02	Sala de atendimento
11	01	Sala de Equipe Técnica

- CRAS Leonel Brizola

Nº de ordem	Quantidade	Especificação
01	03	Banheiro (sendo 01 desativado)
02	00	Banheiro adaptado
03	01	Cozinha
04	02	Salas de atividades socioeducativas/reuniões
05	00	Quadra poliesportiva coberta

06	00	Quadra poliesportiva sem cobertura
07	00	Refeitório
08	01	Recepção
09	01	Sala de Coordenação/Administração
10	01	Sala de atendimento
11	01	Sala de Equipe Técnica
12	01	Lavanderia
13	01	Sala para o setor de SCFV(nível médio)
14	01	Despensa para alimentos
15	01	Sala de arquivo
16	01	Sala de arquivo morto

- CRAS Teotônio Vilela

Nº de ordem	Quantidade	Especificação
01	02	Banheiro
02	02	Banheiro adaptado
03	01	Cozinha
04	03	Salas de atividades socioeducativas/reuniões
05	00	Quadra poliesportiva coberta
06	00	Quadra poliesportiva sem cobertura
07	01	Refeitório
08	01	Recepção
09	00	Sala de Coordenação/Administração
10	02	Sala de atendimento
11	01	Sala de Equipe Técnica

- CRAS Rosa dos Santos Modelli

Nº de ordem	Quantidade	Especificação
01	02	Banheiro
02	01	Banheiro adaptado
03	01	Cozinha
04	01	Salas de atividades socioeducativas/reuniões
05	01	Quadra poliesportiva coberta
06	00	Quadra poliesportiva sem cobertura

07	01	Refeitório
08	01	Recepção
09	01	Sala de Coordenação/Administração
10	02	Sala de atendimento
11	1	Sala de Equipe Técnica

Localização:

- Centro de Convivência – Casa do Pequeno Cidadão Padre Nóbrega – Rua Álvaro Borges da Cunha, s/nº, Chácara Água Viva – Bairro Sítios de Recreio Letícia, Padre Nóbrega/SP;
- Centro de Convivência – Casa do Pequeno Cidadão Rosália – Rua Belmiro da Rocha, nº 155, Rosália/SP;
- Centro de Convivência – Casa do Pequeno Cidadão Santa Antonieta – Rua Arnaldo Toledo de Barros, nº 1589, Bairro Santa Antonieta, Marília/SP;
- CRAS Zona Oeste – Regina Célia Gomes de Moraes Michelli – Rua Amador Bueno, nº 855, Bairro Comerciais II, Marília/SP;
- CRAS Santa Antonieta – Av. João Martins Coelho nº 1944, Bairro Santa Antonieta, Marília/SP;
- CRAS Leonel Brizola - R. Urias Avelino de Moraes, nº 921, Bairro Leonel Brizola, Marília/SP;
- CRAS Teotônio Vilela - Rua Sebastião Mazalli, s/nº, Bairro Teotônio Vilela, Marília/SP;
- CRAS Rosa dos Santos Modelli – R. Ioneu Carvalho Domingues, 586, Bairro Paulo Correa de Lara, Marília/SP.

15. Recursos Humanos.

CRAS Leonel Brizola					
Nome	Cargo	Formação	Carga Horária Semanal (horas)	Tipo de vínculo	Quantidade de vínculos
Amanda Aparecida de Azevedo Rodrigues Pedracini	Assistente Social	Serviço Social	30	Estatutário	1
Ana Cláudia Messias da Costa	Psicólogo(a)	Psicologia	30	Estatutário	1
Cássia Regina Manfrin de Souza	Agente Operacional de Serviços	Nível Médio Completo	40	Estatutário	1
Cinthia Ramos Bortoloti	Assistente Social	Serviço Social	30	Estatutário	1
Júlia Soares Ferreira	Assistente Social	Serviço Social	30	Estatutário	1
Marinez dos Santos	Agente Operacional de Serviços	Ciências Sociais	40	Estatutário	1
Priscila Mara Apolonio Fenille	Assistente Social	Serviço Social	30	Estatutário	1
Sheila Márcia Martins de Camargo	Cuidador(a) Social	Processos Gerenciais	40	Estatutário	1
Vanessa Cristina Ribeiro da Cruz	Assistente Social	Serviço Social	30	Estatutário	1

CRAS Rosa dos Santos Modelli					
Nome	Cargo	Formação	Carga Horária Semanal (horas)	Tipo de vínculo	Quantidade de vínculos
Ademara Aparecida de Oliveira	Psicólogo(a)	Psicologia	30	Estatutário	1
Gislaine Berbel Siqueira da Silva	Assistente Social	Serviço Social	30	Estatutário	1
Juliana Aparecida Ribeiro	Cuidador(a) Social	Direito	40	Estatutário	1
Marcelo Aparecido Borges	Agente Operacional	Nível Médio Completo	40	Estatutário	1
Maria Aparecida Alves Martins	Assistente Social	Serviço Social	30	Estatutário	1
Miriam de Mayo Lopes	Psicólogo(a)	Psicologia	30	Estatutário	1
Odarcy Moreira Araujo	Agente Operacional de Serviços	Administração	40	Estatutário	1

CRAS Santa Antonieta					
Nome	Cargo	Formação	Carga Horária Semanal (horas)	Tipo de vínculo	Quantidade de vínculos
Aline Aparecida do Nascimento	Assistente Social	Serviço Social	30	Estatutário	1
Ana Carolina Costa de Santana (dedicação parcial)	Agente Operacional de Serviços	Serviço Social	40	Estatutário	1
Ana Paula Gonçalves Ferreira	Assistente Social	Serviço Social	30	Estatutário	1
Andreia Canato Vicentin	Psicólogo(a)	Psicologia	30	Estatutário	1
Carina Jordão da Silva	Assistente Social	Serviço Social	30	Estatutário	1
Caroline Aparecida Menezes Borges	Cuidador(a) Social	Comum. Social/Jornalismo	40	Estatutário	1
Luciano Rodrigues de Oliveira	Prof.(a) de Educação Física	Educação Física	40	Estatutário	1
Marlene da Silva Lima	Assistente Social	Serviço Social	30	Estatutário	1
Rosimar Pereira de Camargo	Agente Operacional de Serviços	Fundamental Completo	40	Estatutário	1

CRAS Teotônio Vilela					
Nome	Cargo	Formação	Carga Horária Semanal (horas)	Tipo de vínculo	Quantidade de vínculos
Adriana Aparecida Laurentino	Educador(a) Social	Sociólogo	40	Estatutário	1
André Jundi Sugiura	Educador(a) Social	Pedagogia	20	Estatutário	1
Cláudia Elaine Ribeiro Correa	Agente Operacional de Serviços	Serviço Social	40	Estatutário	1
Emerson Anilton Machado	Agente Operacional de Serviços	Nível Médio Completo	40	Estatutário	1
Emerson Luís Queiroz Alvarez	Assistente Social	Serviço Social	30	Estatutário	1
Fernanda de Barros Ribeiro Calógero de Araújo	Assistente Social	Serviço Social	30	Estatutário	1
Leandro Donha Pereira	Psicólogo(a)	Psicologia	30	Estatutário	1
Thabada Cristine da Luz	Educador(a) Social	Sociólogo	20	Estatutário	1

CRAS Regina Célia Gomes de Moraes Michelli					
Nome	Cargo	Formação	Carga Horária Semanal (horas)	Tipo de vínculo	Quantidade de vínculos
Edna Mattos Santos	Psicólogo(a)	Psicologia	30	Estatutário	1
Elaine Camilo Fregolente	Assistente Social	Serviço Social	30	Estatutário	1
Luciana Fonseca Freire	Psicólogo(a)	Psicologia	30	Estatutário	1
Maria Helena Clemente Gattaz	Psicólogo(a)	Psicologia	30	Estatutário	1
Michelli Nascimento Brito	Assistente Social	Serviço Social	30	Estatutário	1
Rogéria de Fatima Carazato	Agente Operacional de Serviços	Nível Médio Completo	40	Estatutário	1
Solange Aparecida Martelli Viegas	Prof.(a) de Educação Física	Educação Física	20	Estatutário	1
Tatiana Matias Rainho	Educador(a) Social	Serviço Social	20	Estatutário	1
Valquiria Silva Souza Andrade	Agente Operacional de Serviços	Educação Física	40	Estatutário	1

SCFV Padre Nóbrega					
Nome	Cargo	Formação	Carga Horária Semanal (horas)	Tipo de vínculo	Quantidade de vínculos
Cristiane Campos da Silva Vitório	Educador(a) Social	Psicologia	40	Estatutário	1
Daiane Aparecida Silva	Agente Operacional de Serviços	Nível Médio Completo	40	Estatutário	1
Gabriel de Barros Antônio	Orientador(a) Social	Nível Médio Completo	40	Estatutário	1
Maria Auxiliadora Pereira Lima Fenille	Educador(a) Social	Educação Física	40	Estatutário	1
Mario Eduardo Vidoto	Prof.(a) de Educação Física	Educação Física	40	Estatutário	2
Vander Franco Raposo	Motorista	Nível Médio Completo	40	Estatutário	1
Wilker Umbelino Fernandes	Agente Operacional de Serviços	Nível Médio Completo	40	Estatutário	1

SCFV Rosália					
Nome	Cargo	Formação	Carga Horária Semanal (horas)	Tipo de vínculo	Quantidade de vínculos
Cláudia Regina Silva dos Santos	Agente Operacional de Serviços	Letras	40	Estatutário	1
Eric Barbosa Borges	Agente Operacional de Serviços	Engenharia Elétrica	40	Estatutário	1
Heloísa Fernanda Suguio Feliciano dos Santos	Prof.(a) de Educação Física	Educação Física	20	Estatutário	1
Patrícia Cristiane Lopes Dau de Oliveira	Educador(a) Social	Nível Médio Completo	40	Estatutário	1
Reinaldo José de Carvalho	Instrutor(a) de Treinam. em Informática	Ciência da Computação	40	Estatutário	1
Thamiris da Silva Teixeira	Orientador(a) Social	Psicologia	40	Estatutário	1

SCFV Santa Antonieta					
Nome	Cargo	Formação	Carga Horária Semanal (horas)	Tipo de vínculo	Quantidade de vínculos
Edson César Alves	Prof.(a) de Educação Física	Educação Física	20	Estatutário	1
Graciela Fernanda Carli	Educador(a) Social	Psicologia	40	Estatutário	1
Heloísa Cristina Pereira Costa	Orientador(a) Social	Nível Médio Completo	40	Estatutário	1
Ivonete Xavier de Santana Calil	Agente Operacional de Serviços	Nível Médio Completo	40	Estatutário	1
Marcelo Roque	Agente Operacional de Serviços	Psicologia	40	Estatutário	1
Paulo Barbosa da Silva	Agente Operacional de Serviços	Nível Médio Completo	40	Estatutário	1
Shirley Santos Onoel	Cuidador(a) Social	Publicidade e Propaganda	40	Estatutário	1
Sheyla Aguiar Oliveira	Educador(a) Social	Ciências Sociais	40	Estatutário	1

16. Plano de Aplicação dos Recursos Financeiros

Quantidade	Itens de despesas	Especificações técnicas	Valor unitário	Valor total
01	Veículo	Veículo Automotivo com especificações mínimas: zero quilômetro; Ano e modelo não inferior à data da contratação; Tipo Hatch; 1.0 Turbo Automático; Cor preta; Capacidade para 05 (cinco) ocupantes; 05 (cinco) portas, incluindo a do bagageiro; Motorização 1.0 Turbo; Bicomcombustível (etanol/gasolina); Potência mínima de 115 CV (Álcool); Sistema de injeção eletrônica e gerenciamento eletrônico do motor; Transmissão automática, com no mínimo 06 (seis) marchas à frente; Tração dianteira; Direção elétrica; Suspensão dianteira independente tipo McPherson e suspensão traseira por eixo de torção ou equivalente; Sistema de freios com ABS e EBD; Equipado com: Controle eletrônico de estabilidade (ESC); Controle de tração (ASR/TC); Bloqueio eletrônico do diferencial ou sistema equivalente; Assistente de partida em rampa; Airbags frontais e laterais; Cintos de segurança de três pontos; Encostos de cabeça para todos os ocupantes; Sistema ISOFIX; Ar-condicionado; Vidros elétricos dianteiros e traseiros; Travas elétricas; Retrovisores externos com ajuste elétrico; Banco do motorista com ajuste de altura; Bancos em tecido; Câmera de ré; Computador de bordo; Sistema de alarme; Sistema de infotainment com tela sensível ao toque, rádio AM/FM, Bluetooth, entradas USB, compatível com Android Auto e Apple CarPlay; Volante multifuncional com ajuste de altura; Chave com comando remoto; Rodas aro mínimo 15", em liga leve ou em aço com calotas, compatíveis com o modelo; Todos os itens obrigatórios, conforme legislação vigente; garantia mínima de 12 (doze) meses.	R\$ 125.683,50	R\$ 125.683,50

17. Prazo de Execução do convênio/serviço. 12 (doze) meses.

18. Processo de Monitoramento e Avaliação.

O monitoramento será realizado sistematicamente pela equipe executora dos Serviços e acompanhados pelo Órgão Gestor através dos relatórios das atividades executadas e a avaliação se dará por meio dos índices apresentados no RMA.

19. Cronograma de Desembolso

O recurso financeiro será liberado em parcela única, no valor de **R\$ 100.000,00** (cem mil reais).

Marília, 04 de Fevereiro de 2026.

Elis Vânia de Melo
Coordenadora da Proteção Social Básica
Assistente Social – CRESS 41.698



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

Avenida Brasil, 116 – Centro – CEP: 17.509-052 – Marília/SP - Telefone: (14) 3401-2450

e-mail: financeiro.sads@marilia.sp.gov.br

ANEXO III

Planilha de Estimativa do Valor



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA
Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania
Avenida Brasil, 116 – Centro – CEP: 17.509-052 – Marília/SP
Telefone: (14) 3401-2450 – e-mail: financeiro.sads@marilia.sp.gov.br

QUADRO COMPARATIVO

Objeto: Aquisição de Veículo de Passeio


ITEM	QUANT.	UN	DESCRIÇÃO	Método Aplicado: Média Artimética Simples				PREÇO MÉDIO	
				D P Gerenciamento de Frotas Ltda - CNPJ: 14.144.192/0001-14	PNCP - Edital PCE 42/2025 - METRONORTE COMERCIAL DE VEICULOS LTDA - CNPJ 05.035.532/0019-07 - https://pncp.gov.br/app/editais/23773012000154/2025/98	Mobiuto Edição de Anúncios On Line Ltda - CNPJ: 32.158.029/0001-92 - https://www.mobiauto.com.br/catalogo/carros/hyundai/hb20/2026/limited-1-0-at	Bom Negócio Atividades de Internet Ltda – CNPJ 13.673.743/0002-55 - https://sc.olx.com.br/florianopolis-e-regiao/autos-e-pecas/carros-vans-e-utilitarios/volkswagen-polo-highline-tsi-1-0-flex-12v-aut-2026-1451860939?lis=listing_2020		
				P. UNIT.	P. UNIT.	P. UNIT.	P. UNIT.	P. UNIT.	P. TOTAL
1	1	un	Veículo Automotivo com especificações mínimas: zero quilômetro; Ano e modelo não inferior à data da contratação; Tipo Hatch; 1.0 Turbo Automático; Cor preta; Capacidade para 05 (cinco) ocupantes; 05 (cinco) portas, incluindo a do bagageiro; Motorização 1.0 Turbo; Bicomcombustível (etanol/gasolina); Potência mínima de 115 CV (Álcool); Sistema de injeção eletrônica e gerenciamento eletrônico do motor; Transmissão automática, com no mínimo 06 (seis) marchas à frente; Tração dianteira; Direção elétrica; Suspensão dianteira independente tipo McPherson e suspensão traseira por eixo de torção ou equivalente; Sistema de freios com ABS e EBD; Equipado com: Controle eletrônico de estabilidade (ESC); Controle de tração (ASR/TC); Bloqueio eletrônico do diferencial ou sistema equivalente; Assistente de partida em rampa; Airbags frontais e laterais; Cintos de segurança de três pontos; Encostos de cabeça para todos os ocupantes; Sistema ISOFIX; Ar-condicionado; Vidros elétricos dianteiros e traseiros; Travas elétricas; Retrovisores externos com ajuste elétrico; Banco do motorista com ajuste de altura; Bancos em tecido; Câmera de ré; Computador de bordo; Sistema de alarme; Sistema de infotainment com tela sensível ao toque, rádio AM/FM, Bluetooth, entradas USB, compatível com Android Auto e Apple CarPlay; Volante multifuncional com ajuste de altura; Chave com comando remoto; Rodas aro mínimo 15", em liga leve ou em aço com calotas, compatíveis com o modelo; Todos os itens obrigatórios, conforme legislação vigente; garantia mínima de 12 (doze) meses.	R\$ 144.394,00	R\$ 108.450,00	R\$ 119.990,00	R\$ 129.900,00	R\$ 125.683,50	R\$ 125.683,50
Valor total de R\$ 125.683,50 (cento e vinte e cinco mil, seiscentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos), sendo R\$ 100.000,00 (cem mil reais) pagos com recursos do Governo Estadual e R\$ 25.683,50 (vinte e cinco mil, seiscentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos) a título de contrapartida municipal.								TOTAL GERAL:	R\$ 125.683,50

Marília, 16 de janeiro de 2026

Silmara Guerra da Fonseca
Responsável Técnica
Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

Vinícius Almeida Camarinha
Prefeito
Prefeitura Municipal de Marília

RE: COTAÇÃO DE VEÍCULO PASSEIO - PREFEITURA MUNICIPAL MARILIA - EMENDA ESTADUAL



De


Para

Data

Felipe Campos <felipecampos@dq18.com.br>

financeiro.sads@marilia.sp.gov.br <financeiro.sads@marilia.sp.gov.br>

2026-01-16 12:02

 cotação.MARILIA.pdf (~669 KB)

Prezados , bom dia!

Conforme solicitado, segue em anexo a cotação solicitada.

Fico à disposição para futuros esclarecimentos e agradeço pela atenção prestada.



SOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS
DP G. DE FROTAS - EMEQ, - UNNE.

FELIPE CAMPOS

 (19) 3371-2372

 felipecampos@dq18.com.br

 Rua Nossa Sra. Aparecida, 878 -
Paulicéia, Piracicaba – SP

De: financeiro.sads@marilia.sp.gov.br <financeiro.sads@marilia.sp.gov.br>
Enviado: sexta-feira, 16 de janeiro de 2026 10:04
Para: DQ18 - Contato <contato@DQ18.COM.BR>
Assunto: COTAÇÃO DE VEÍCULO PASSEIO - PREFEITURA MUNICIPAL MARILIA - EMENDA ESTADUAL

Bom dia !

Prezados (as):

A Prefeitura Municipal de Marília será contemplada com uma emenda estadual para aquisição de um veículo de passeio, conforme especificações anexas.

Caso tenha interesse, favor encaminhar cotação de preços até o dia **19/01/2025 às 12 horas**, impreterivelmente, em razão do prazo final para inserção do valor dentro do Sistema do Governo Estadual.

Para qualquer esclarecimento estamos à disposição.

Obrigada

Silmara G. Fonseca

Prefeitura Municipal de Marília

Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

Telefone: 014-3401-2450

COTAÇÃO

À Prefeitura Municipal de Marília

OBJETO: Aquisição de um veículo de passeio, conforme especificações anexas.

1 – Apresentação do Licitante:

A **D P GERENCIAMENTO DE FROTAS LTDA**, inscrita no **CNPJ sob o nº 14.144.192/0001-14**, de acordo com as condições estabelecidas, vem por meio desta apresentar a estimativa de preços para o fornecimento dos serviços/produtos, conforme descrição contida na planilha.

ITEM	PRODUTO	UNID.	QTDE.	MARCA	V. UNIT VENDA	V. TOTAL VENDA
1	Aquisição de um veículo de passeio, conforme especificações anexas.	UNID	1	ONIX LT 1.0 TURBO FLEX AUTO 2026	R\$ 144.394,00	R\$ 144.394,00

Validade da proposta: 90 dias corridos

Prazo de entrega: conforme edital

Condições de entrega: conforme edital

2 - Empresa:

Razão Social: D P Gerenciamento de Frotas Ltda.

Endereço: Rua Nossa Senhora Aparecida, nº 750, bairro Pauliceia, Piracicaba-SP, CEP 13.424-270

CNPJ: 14.144.192/0001-14

Inscrição Estadual: 535.271.023.113

Piracicaba, 16 de janeiro de 2026.

FELIPE

ALBUQUERQUE:

27529473808

Assinado de forma digital por
FELIPE

ALBUQUERQUE:27529473808

Dados: 2026.01.16 11:59:44
-03'00'

PNCP – PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Portal Nacional de Contratações Públicas

Buscar no PNCP

Entrar

Edital nº PCE 42/2025

Última atualização 10/11/2025

Local: São Miguel do Oeste/SC Órgão: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CONDER

Unidade compradora: 01001 - CON INTEN DE DES REGIONAL - CONDER

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico Amparo legal: Lei 14133/2021, Art. 28, I Tipo: Edital Modo de disputa: Aberto Registro de preço: Sim

Fonte orçamentária: Não informada

Data de divulgação no PNCP: 04/11/2025 Situação: Divulgada no PNCP Data de início de recebimento de propostas: 11/11/2025 08:00 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 25/11/2025 08:00 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 23773012000154-1-000098/2025 Fonte: IPM Sistemas

Objeto:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS DE PASSEIO E UTILITÁRIOS, EM ATENDIMENTO A DEMANDA DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES DESTE CERTAME, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTATANTE NO PRESENTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA: R\$ 69.396.786,31

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA: R\$ 64.778.992,00

Itens Arquivos Atas de Registro de Preço Contratos/Empenhos Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Detalhar
--------	-----------	------------	-------------------------	----------------------	----------

Portal Nacional de Contratações Públicas

Buscar no PNCP

Entrar

AUTOMÁTICA COM 05 MARCHAS À FRENTE E 1 MARCHA À RÉ -

Item nº 4

Descrição: VEICULO AUTOMOTOR HATCH, COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: - ANO DE FABRICAÇÃO MÍNIMO 2025 - ANO MODELO 2025 - ZERO KM - 04 PORTAS - ALARME OU SISTEMA ANTIFURTO - AJUSTE ELÉTRICO DOS RETROVISORES, (DE SÉRIE OU OPCIONAL DE FABRICA) - AR CONDICIONADO - BANCO DO MOTORISTA COM AJUSTE DE ALTURA, (DE SÉRIE OU OPCIONAL DE FABRICA) - CONTROLE ELÉTRICO DOS VIDROS DIANTEIROS E TRASEIROS - COR BRANCA OU VERMELHA QUANDO DISPONÍVEL NO CATÁLOGO DO FABRICANTE E SOLICITADO PELO ÓRGÃO PARTICIPANTE - DESEMBACADOR DO VIDRO TRASEIRO - DIREÇÃO ELÉTRICA, HIDRÁULICA OU ELETROHIDRÁULICA - JOGO DE TAPETES - LIMPADOR DO VIDRO TRASEIRO - MOTOR POTÊNCIA MÁXIMA IGUAL OU SUPERIOR A 108 CV QUANDO COM GASOLINA - MULTIMÍDIA COM ESPELHAMENTO DA TELA DO CELULAR E/OU NAVEGADOR GPS (DE SÉRIE OU OPCIONAL DE FABRICA) - PELÍCULA INSTALADA CONFORME NORMAS VIGENTES - PROTETOR DE CARTER - SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO ELETRÔNICA DE FREIAGEM (EBD) - TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA COM 05 MARCHAS À FRENTE E 1 MARCHA À RÉ - EQUIPADO COM TODOS OS ITENS DE SÉRIE CONFORME CATÁLOGO COMERCIAL DO PRODUTO - 1º EMPLACAMENTO EM NOME DO ÓRGÃO SOLICITANTE, POR CONTA DA CONTRATADA.

Critério de julgamento: Menor preço Situação: Homologado Tipo: Material Categoria do item de leilão: Não se aplica

Incentivo produtivo básico: Não Benefício: Sem benefício Margem de preferência normal: Não Margem de preferência adicional: Não

Exigência de conteúdo nacional (CIIA-PAC): Não

Quantidade: 32 Unidade de medida: UNIDADE (UND) Valor unitário estimado: R\$ 115.410,53 Valor total estimado: R\$ 3.693.136,96

RESULTADO(S)

Ordem de classificação 1º Data do resultado da homologação: 16/12/2025 Situação: Informado

CNPJ/CPF ou Nº de identificação do fornecedor: 05.035.532/0019-07 Consultar sanções e penalidades do fornecedor

Nome ou razão social do fornecedor: METRONORTE COMERCIAL DE VEICULOS LTDA

Indicador de subcontratação: Não Porte da empresa: Demais Código do país: BRA

MULTIMÍDIA COM ESPELHAMENTO DA TELA DO CELULAR E/OU NAVEGADOR GPS (DE SÉRIE OU OPCIONAL DE FABRICA) - PELÍCULA INSTALADA CONFORME NORMAS VIGENTES -

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ARP25CON000586

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0042/2025 – CONDER - REGISTRO DE PREÇOS

Valor unitário homologado: R\$ 108.450,00

Razão social do fornecedor: METRONORTE COMERCIAL DE VEICULOS LTDA

CNPJ nº de identificação do fornecedor: 05.035.532/0019-07

<https://pncp.gov.br/app/editais/23773012000154/2025/98>

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ARP25CON000586
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO “e-PAL” Nº 000049/2025 - e****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0042/2025 - CONDER
REGISTRO DE PREÇOS**

Aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, presentes de um lado, o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CONDER**, entidade com personalidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 23.773.012/0001-54, com sede na RUA SEGUNDO ANÍBAL BALBINOT, 189, PRÉDIO - AGOSTINI, NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC, CEP: 89900-000, neste ato representado por seu PRESIDENTE, Sr. MACIEL SCHNEIDER, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e os Municípios Consorciados, seus órgãos e entidades que compõem a administração pública direta e indireta e Órgãos Cooperados, doravante denominados **ÓRGÃOS PARTICIPANTES** do Sistema de Registro de Preços e que integram essa Ata de Registro de Preços após manifestação, e de outro a empresa **METRONORTE COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA** pessoa jurídica de direito privado, situada na AV GOVERNADOR IVO SILVEIRA, 2056 - CAPOEIRAS, FLORIANÓPOLIS-SC CEP: 88.085-001, inscrita no CNPJ sob o nº 05.035.532/0019-07, neste ato representada SÓCIO - ADMINISTRADOR, Sr. ASSAAD FARES ABOU NABHAN, doravante denominada **FORNECEDORA**, que firmam a presente Ata de Registro de Preços, regida pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Resoluções do CONDER e pelos termos do edital, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS DE PASSEIO E UTILITÁRIOS, conforme itens referenciados na cláusula décima sexta.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua emissão e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme dispõe o artigo 84 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

2.2. Em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

2.3. A partir do início de vigência da ata de registro de preços, a licitante vencedora obriga-se a cumprir integralmente com todas as condições estabelecidas, sujeitando-se as penalidades em caso de descumprimento de qualquer das cláusulas.

2.4. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão participante por intermédio de nota de empenho de despesa e ordem de compra e/ou autorização de fornecimento.

2.5. O prazo de vigência do contrato não se confunde com o prazo de fornecimento do objeto, e ainda, a aceitação de recebimento posterior do(s) item(ns) não se configura como novo prazo de entrega.

2.6. Caso o fornecimento não for cumprido ou ocorrer fora do prazo previsto em decorrência de culpa do contratado, ele será constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas, e o Órgão Gerenciador poderá optar pela extinção do contrato, adotando as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1. A contratação com a fornecedora registrada será formalizada pelo órgão participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento ou ordem de compra.

3.2. O prazo de entrega do objeto deverá observar estritamente o disposto no edital e anexos do processo licitatório, o qual gerou esta ata de registro de preços.

3.3. O local de entrega do objeto será informado pelo órgão participante, estabelecido em cada autorização de fornecimento

ou ordem de compra e nota de empenho de despesa.

3.4. Todas as despesas relativas à entrega do objeto correrão por conta exclusiva da fornecedora.

3.5. Todos os custos relacionados à execução de garantia ou substituição de produtos correrão por conta exclusiva da fornecedora, incluídos os custos de transporte, troca de peças/equipamentos, horas técnicas, deslocamento de pessoal, entre outros.

3.6. O objeto deverá ser fornecido aos órgãos solicitantes pelo valor homologado no processo, sendo proibida a cobrança de qualquer outra despesa que venha a interferir no valor registrado, correndo por conta da fornecedora as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, bem como, custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição da República Federativa do Brasil, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho, nos termos de ajustamento de conduta vigentes e demais despesas que venham a surgir para a perfeita execução do objeto.

3.7. O fornecimento dar-se-á em estrita conformidade com os termos do edital e anexos, em especial o Anexo I, o qual dispõe do termo de referência.

3.8. A não entrega do objeto conforme estabelecido nos subitens, ensejará a extinção da Ata de Registro de Preços e aplicação das sanções legais previstas.

3.9. Os recebimentos provisórios e definitivos ficarão sob a responsabilidade de cada órgão participante.

3.10. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade civil da fornecedora por vícios de quantidade, de qualidade ou documentação técnica, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no edital, verificadas posteriormente.

3.11. O objeto entregue poderá ser rejeitado pelo fiscal do órgão participante, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o edital e seus anexos, proposta de preços ou legislações vigentes, obrigando-se a fornecedora substituí-lo no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da comunicação oficial, sob pena de revogação da Ata de Registro de Preços e aplicação das sanções previstas neste edital.

CLÁUSULA QUARTA - DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

4.1. A contratação decorrente do sistema de registro de preços realizado pelo CONDER será de total autonomia e responsabilidade do órgão participante, assim como, o momento e a justificativa da contratação, observados a disponibilidade orçamentária e o prazo de vigência da ata, de acordo com a sua necessidade, sem qualquer interferência do órgão gerenciador na decisão de contratação.

4.2. O órgão gerenciador fica autorizado a aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais em relação às contratações dos órgãos participantes.

4.2.1. O procedimento para a apuração de eventuais infrações administrativas e aplicação de sanção, pertinente a licitações compartilhadas realizadas pelo CONDER, observará o disposto em Resolução própria do Consórcio.

4.2.2. As multas moratórias e sancionatórias decorrentes de fatos de qualquer fase de processo licitatório compartilhado, com fornecimento aos municípios consorciados ou órgãos cooperados, será processada na forma prevista na Resolução do CONDER e capitalizada em proveito dos municípios consorciados ou órgãos cooperados, a quem compete adotar os procedimentos necessários e cabíveis para fins de cobrança, parcelamento, compensação e/ou suspensão. As multas moratórias e sancionatórias decorrentes de fatos de qualquer fase do processo licitatório que não sejam oriundas de fornecimento aos municípios consorciados ou órgãos cooperados serão processadas e capitalizadas em proveito do CONDER.

4.3. Em conformidade com o art. 117 da Lei Federal n. 14.133/2021, o órgão participante deverá designar fiscal de contrato e representante da administração pública para acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos celebrados entre este órgão participante e os fornecedores contratados na licitação, conforme requisitos estabelecidos no art. 7º do referido diploma legal.

4.4. Caberá ao gestor do contrato constituir relatório final de que trata o art. 174, § 3º, inciso VI, alínea “d”, da Lei Federal n. 14.133/2021 com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. Os pagamentos serão efetuados pelos **órgãos participantes** após o recebimento definitivo do objeto, envio da nota fiscal eletrônica e documentos complementares (se solicitado) no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, em moeda corrente nacional, conforme ordem cronológica de pagamento de cada órgão.

5.2. Se o órgão participante não efetuar o pagamento no prazo previsto no edital, e tendo a Fornecedora, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, inclusive quanto aos documentos que devem acompanhar a Nota Fiscal, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, de acordo com a regulamentação própria de cada órgão participante.

5.3. Os órgãos participantes não se responsabilizam pelo atraso dos pagamentos nos casos da não entrega do objeto ora registrado, bem como se a contratada agir com imperícia no fornecimento deste.

5.4. A nota fiscal deverá ser emitida para **cada órgão participante**, contendo o número do processo licitatório e da Ata de Registro de Preços, descrição completa do objeto, unidade de medida, marca, valores unitários e totais, **conforme a ordem de compra ou autorização de fornecimento**, dados da agência e conta bancária (em nome da fornecedora) e demais informações solicitadas pelos órgãos participantes ou ainda nas legislações vigentes.

5.5. Somente serão autorizados os pagamentos em contas cujo CNPJ de titularidade seja idêntico àquele da habilitação e proposta, sendo responsabilidade da fornecedora manter a identidade de informação no momento do cadastro e durante a execução.

5.6. Nenhum pagamento será efetuado a fornecedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou técnica que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

5.7. Os pagamentos deverão cumprir integralmente o disposto no edital de licitação e anexos, bem como os termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e alterações posteriores.

5.8. Na realização do pagamento serão retidos os tributos devidos conforme as normas em vigor e passíveis de retenção pelo órgão participante, devendo a fornecedora indicar estes valores no documento fiscal.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

6.1. Os recursos orçamentários serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigentes dos órgãos participantes do certame e constarão na ordem de compra ou autorização de fornecimento e empenho de despesa.

6.2. Os recursos financeiros serão de origem própria e de transferências constitucionais e legais dos órgãos participantes do certame.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO OU CANCELAMENTO DE ITEM

7.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de elevação do custo do objeto ora registrado nas situações previstas na alínea “d”, Inciso II do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, desde que, **devidamente comprovados**, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.

7.2. Nos casos de **elevação ou redução dos preços inicialmente pactuados**, o detentor da ata de registro de preços deverá protocolar solicitação, obedecendo os critérios constantes no edital e demonstrando a oscilação de preços no mercado.

§ 1º A partir da solicitação encaminhada pela fornecedora, o órgão gerenciador convocará os demais classificados para assegurar igual oportunidade de negociação.

§ 2º Quando constatado pelo órgão gerenciador que o preço registrado se encontra **superior** ao preço praticado no mercado, poderá ensejar diligências para verificação e negociação do valor registrado.

7.3 Realizada as negociações, o órgão gerenciador poderá:

- a) Deferir a solicitação, fixando novo preço pactuado através de Parecer Jurídico e Decisão da Autoridade Competente; ou
- b) Indeferir a solicitação, mantendo-se assim os preços inicialmente pactuados, contendo o devido embasamento para tal ato.

7.4. O **cancelamento de eventual item da ata de registro de preços** poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o seu cumprimento, nas seguintes hipóteses:

- a) por razão de interesse público, devidamente justificado; ou
- b) a pedido do fornecedor, devidamente comprovado e justificado.

§ 1º. Nos casos de solicitação de **cancelamento de item**, o detentor da ata de registro de preços deverá protocolar solicitação, obedecendo os critérios constantes no edital.

§ 2º. Nos casos em que, os fornecedores convocados informem a indisponibilidade do objeto, será temporariamente suspenso o seu fornecimento, por período definido em Parecer Jurídico e Decisão da Autoridade Competente, de acordo com o mérito de cada situação.

§ 3º. Nos casos em que, os fornecedores convocados informem a disponibilidade do fornecimento do objeto, será realizada pesquisa de preços praticados, conforme ordem classificatória do certame, transferindo-se o objeto a fornecedora que ofertar a proposta mais vantajosa.

§ 4º. Decaía do direito de classificação da nova pesquisa de preços, prevista no § 3º deste item, a fornecedora que não responder a diligência no prazo de até 03 (três) dias úteis.

7.5. O órgão gerenciador decidirá sobre a revisão dos preços ou pedido de cancelamento no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

7.5.1. Em se tratando de pedidos de revisão dos preços enquanto não houver a apreciação e o deferimento do órgão gerenciador, a fornecedora fica obrigada a executar o objeto licitado nas condições inicialmente estabelecidas na ata de registro de preços, razão pela qual, eventuais autorizações de fornecimento, empenhos ou documentos equivalentes, que forem emitidos anterior a decisão da autoridade competente deverão ser cumpridas nas condições estabelecidas em ata de registro de preços, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

7.5.2 Em se tratando de pedidos de cancelamento do objeto, eventuais autorizações de fornecimento, empenhos ou documentos equivalentes que forem emitidos anterior a análise, com base na documentação protocolada, serão definidas em Parecer Jurídico e Decisão do Presidente, com relação ao seu cumprimento.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUBSTITUIÇÃO DE MARCA E MODELO

8.1. Em casos excepcionais, poderão ser aceitas **substituição de marca e modelo do objeto** registrado, desde que a marca e modelo ofertado possua qualidade igual ou superior àquela inicialmente registrada, sem prejuízos financeiros a Administração.

8.2. Nos casos de **substituição de marca e modelo** de determinado produto, a detentora da ata de registro de preços deverá protocolar solicitação, obedecendo os critérios constantes no edital.

8.3. Eventuais pedidos de substituição de marca e modelo inicialmente registrada, relativos a objetos que possuem marcas e modelos aprovados, somente serão apreciados pela Autoridade Competente, quando a solicitação de substituição da marca e modelo, for por outra também aprovada para o objeto, em procedimento de pré-qualificação.

8.4. O órgão gerenciador reserva-se o direito de realizar diligências para verificação da equivalência da qualidade da marca e modelo registrado com a marca e modelo que está sendo ofertada para a substituição.

8.5. O órgão gerenciador decidirá sobre a substituição de marca e modelo no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

8.6. Em se tratando de pedidos de substituição de marca e modelo, eventuais autorizações de fornecimento, empenhos ou documentos equivalentes que forem emitidos anterior a análise, com base na documentação protocolada serão definidas em

Parecer Jurídico e Decisão do Presidente, com relação ao seu cumprimento.

CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A ata de registro de preços poderá ser **extinta** pelo órgão gerenciador quando:

- a) descumprir as condições estabelecidas no edital de licitação e suas respectivas ata de registro de preços;
- b) não confirmar o recebimento da nota de empenho e autorização de fornecimento ou ordem de compra no prazo estabelecido em edital, sem justificativa aceitável;
- c) se configurar a inexecução do objeto por mais de 30 (trinta) dias corridos de atraso no prazo de entrega estabelecido no edital de licitação, contados após o envio na nota de empenho, ordem de compra, autorização de fornecimento, contrato ou instrumento equivalente;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- e) sofrer sanção impeditiva prevista em lei;
- f) por razão de interesse público.
- g) tornar-se inadimplente com o CONDER em decorrência de falta de pagamento de valor pertinente a multa aplicada, após a formalização da contratação junto ao Consórcio.

Parágrafo único. A extinção da ata registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1 e suas respectivas alíneas será formalizada por Parecer Jurídico e Decisão do Presidente do CONDER.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10.1. Compete ao **Órgão Gerenciador**:

- a) A administração e o gerenciamento da ata de registro de preços, decorrente deste procedimento licitatório;
- b) Decidir sobre as alterações da ata de registro de preços, reequilíbrio de preços, trocas de marcas, cancelamentos e demais ocorrências que vierem a surgir durante a vigência do procedimento licitatório;
- c) O acompanhamento das autorizações de fornecimento até seu efetivo recebimento;
- d) Eventuais notificações por atraso de fornecimento ou objeto fornecido em desacordo com as obrigações assumidas pela fornecedora;
- e) Abertura de processo para apuração de infrações administrativas, quando for o caso.

10.2. Compete aos **Órgãos Participantes**:

- a) Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações editais;
- b) Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado para tal, desde que atendidas às obrigações editais;
- c) Rejeitar, em todo ou em parte, o objeto fornecido em desacordo com as obrigações assumidas pela fornecedora;
- d) Fiscalizar o fornecimento do objeto ora contratado;

10.3. Compete a **Fornecedora**:

- a) Manter durante a vigência da ata de registro de preços, decorrente deste procedimento licitatório, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas e comprovar a regularidade fiscal e trabalhista junto ao Órgão Gerenciador através do Sistema de Controle de Licitações e Contratos Administrativos do CONDER;

- b) Acusar o recebimento das autorizações de fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviada por meio eletrônico, através do Sistema de Controle de Licitações e Contratos Administrativos do CONDER, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas. Se o prazo final deste item recair em final de semana ou feriado, será prorrogado ao próximo dia útil;
- c) Incluir nota fiscal e documentos complementares (se for o caso) para cada autorização de fornecimento, através do Sistema de Controle de Licitações e Contratos Administrativos do CONDER.
- d) Registrar ocorrências e eventos, cadastrar justificativas e responder a notificações administrativas relacionadas às Autorizações de Fornecimento, utilizando exclusivamente o Sistema de Controle de Licitações e Contratos Administrativos.
- e) Substituir, conforme termos do edital e seus anexos, às suas expensas, o objeto que não se adequar às especificações exigidas;
- f) Assumir a responsabilidade e despesas relativas a todos os encargos previdenciários, trabalhistas, de seguros, acidentes, impostos e obrigações sociais previstas na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-la na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o consórcio;
- g) Responder integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao consórcio ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- h) Responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus funcionários e pelos atos por eles praticados, bem como, por eventuais danos pessoais e materiais causados a terceiros durante o fornecimento e execução do objeto;
- i) Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso do trabalho de seus funcionários e pelos atos por eles praticados, bem como, por eventuais danos pessoais e materiais causados a terceiros durante o fornecimento e execução do objeto; caso haja, dar-se-á através de documento oficial, devidamente justificado, ficando a critério do consórcio a sua aceitação;
- j) Responder, sempre que solicitado pela contratante ou pelo órgão gerenciador, os questionamentos referentes ao fornecimento do objeto, através do Sistema de Controle de Licitações e Contratos Administrativos;
- k) Assumir a responsabilidade de ordem administrativa, cível e penal, por atos ou omissões que causem danos à Administração ou à terceiros, seja por culpa ou dolo, resultante do fornecimento do objeto desta licitação;
- l) Atender todos os pedidos de contratação durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, independentemente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelos órgãos participantes;
- m) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com Código de Defesa do Consumidor;
- n) Fornecer o objeto constante na autorização de fornecimento/nota de empenho/contrato ou documento equivalente emitida dentro do prazo de validade da ata de registro de preços, mesmo se a entrega ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ESTIMATIVA ADICIONAL E DO REMANEJAMENTO

- 11.1. A critério do órgão gerenciador poderá ser intencionada, estimativa adicional com vistas a complementar os quantitativos a serem registrados.
- 11.2. A estimativa adicional não terá destinação específica, nem vinculação a qualquer órgão participante do certame.
- 11.3. Caberá ao órgão gerenciador controlar, autorizar e operar a realização do remanejamento dos quantitativos dos itens, internamente entre órgãos participantes.
- 11.4. O remanejamento de quantitativo não acarretará acréscimos ao total estimado na Ata de Registro de Preços.
- 11.5. Nos casos de remanejamento fica a Fornecedora ciente de que a área territorial continuará sendo aquela de atuação do CONDER.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Conforme dispõe o art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e Resolução do CONDER, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. De acordo com o disposto no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e Resolução do CONDER, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o CONDER, municípios consorciados ou órgãos cooperados;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.3. A aplicação das sanções ao responsável pelas infrações administrativas seguirá as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, Resoluções vigentes do CONDER e previsões editalícias.

12.4. Na hipótese de aplicação de penalidade de multa, após os procedimentos legais, será emitida notificação de cobrança ao licitante, que deverá fazer o recolhimento do valor no prazo estabelecido na decisão do processo administrativo, sob pena de cobrança judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

13.1. As partes declaram estar cientes do inteiro teor da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) e obrigam-se a observar e respeitar o dever de proteção de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, devendo ainda, se comprometer a cumprir todas as condições e obrigações dispostas na referida lei e demais legislações aplicáveis.

13.2. Fica vedada qualquer utilização de dados ou informações do órgão gerenciador, órgãos participantes e órgãos não participantes, para quaisquer fins, sem a expressa autorização.

13.3. As partes, por si, seus empregados, prepostos, representantes, afiliadas e terceiros envolvidos na execução desta ata de registro de preços, comprometem-se a manter o sigilo, confidencialidade e integridade dos dados pessoais durante a vigência deste instrumento e mesmo após o seu término.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ANTICORRUPÇÃO

14.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção prevista na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, e se comprometem que, para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto desta ata de registro de preços, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará os órgãos participantes a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada, conforme artigo 83 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

15.2. A Fornecedora, signatária desta Ata, declara estar ciente das suas obrigações para com o Órgão Gerenciador e os Órgãos Participantes, nos termos do edital da respectiva licitação e da sua proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – TABELA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 – Tabela de itens e preços registrados:

Item	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit. (R\$)
4	UND	VEICULO AUTOMOTOR HATCH, COM AS SEGUINTESESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: - ANO DE FABRICAÇÃO MÍNIMO 2025; - ANO MODELO 2025; - ZERO KM; - 04 PORTAS; - ALARME OU SISTEMA ANTIFURTO; - AJUSTE ELÉTRICO DOS RETROVISORES (DE SÉRIE OU OPCIONAL DE FÁBRICA); - AR CONDICIONADO; - BANCO DO MOTORISTA COM AJUSTE DE ALTURA, (DE SÉRIE OU OPCIONAL DE FÁBRICA); - CONTROLE ELÉTRICO DOS VIDROS DIANTEIROS E TRASEIROS; - COR BRANCA OU VERMELHA QUANDO DISPONÍVEL NO CATÁLOGO DO FABRICANTE E SOLICITADO PELO ÓRGÃO PARTICIPANTE; - DESEMBAÇADOR DO VIDRO TRASEIRO; - DIREÇÃO ELÉTRICA, HIDRÁULICA OU ELETROHIDRÁULICA; - JOGO DE TAPETES; - LIMPADOR DO VIDRO TRASEIRO; - MOTOR POTÊNCIA MÁXIMA IGUAL OU SUPERIOR A 108 CV (QUANDO COM GASOLINA); - MULTIMÍDIA COM ESPELHAMENTO DA TELA DO CELULAR E/OU NAVEGADOR GPS (DE SÉRIE OU OPCIONAL DE FÁBRICA); - PELÍCULA INSTALADA CONFORME NORMAS VIGENTES; - PROTETOR DE CÂRTER; - SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO ELETRÔNICA DE FRENAGEM (EBD); - TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA COM 05 MARCHAS À FRENTE E 1 MARCHA À RÉ; - EQUIPADO COM TODOS OS ITENS DE SÉRIE CONFORME CATALOGO COMERCIAL DO PRODUTO; - 1º EMPLACAMENTO EM NOME DO ÓRGÃO SOLICITANTE, POR CONTA DA CONTRATADA. (COD. 20137)	CHEVROLET/GM - ONIX 1.0 TURBO 2026	108.450,00

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

17.1 – Estimativa de consumo de cada item:

Item-Quant: 4-32.00

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1 – É competente o foro da Comarca de SÃO MIGUEL DO OESTE (SC), para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

19.1 – Aplicam-se à execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei Federal n. 14.133, de 2021 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços.

SÃO MIGUEL DO OESTE (SC), 16/12/2025

Órgão Gerenciador



Assinado digitalmente por
MACIEL SCHNEIDER
CPF: ***.338.149-**
Data: 16/12/2025 16:51:48 -03:00

ASSAAD FARES ABOU NABHAN

METRONORTE COMERCIAL DE VEICULOS LTDA

Fornecedor



Assinado digitalmente por
ASSAAD FARES ABOU NABHAN
CPF: ***.994.489-**
Data: 18/12/2025 14:58:32 -03:00

Testemunha



Assinado digitalmente por
JOAO MARCOS DARIFF
CPF: ***.638.779-**
Data: 18/12/2025 15:15:07 -03:00

Testemunha



Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória 2.200-2 de 24/04/2001

Assinado digitalmente por
EVANDRO CARLOS GAVA
CPF: ***.042.719-11
Data: 18/12/2025 15:15:40 -03:00

MOBIAUTO EDIÇÃO DE ANÚNCIOS ON LINE LTDA


mobiauto

Comece 2026 de carro novo

Comprar Vender Financiamento Catálogo Okm Serviços Revista

Estão em Marília/SP Entrar

Início / Catálogo Okm / Carros / Hyundai / HB20 2026 / Limited 1.0 AT



Hyundai HB20 2026
Limited 1.0 AT
A partir de R\$ 119.990

Automática Flex 1.0 Hatch

Ver ofertas
Aqui você pode visualizar ofertas para o modelo Hyundai HB20

Ver ofertas Hyundai HB20 em sua cidade

Ver ofertas Hyundai HB20 em todo o Brasil

Comparar veículos

Informações do veículo

alerta de tempo... Em vigor

15:17 15/01/2026


mobiauto

Encontre seu próximo veículo aqui

Comprar Vender Financiamento Catálogo Okm Serviços Revista

Estão em Marília/SP Entrar

Início / Catálogo Okm / Carros / Hyundai / HB20 2026 / Limited 1.0 AT



Hyundai HB20 2026
Limited 1.0 AT
A partir de R\$ 119.990

Automática Flex 1.0 Hatch

Ver ofertas
Aqui você pode visualizar ofertas para o modelo Hyundai HB20

Ver ofertas Hyundai HB20 em sua cidade

Ver ofertas Hyundai HB20 em todo o Brasil

Comparar veículos

Publicidade

ÚLTIMAS CHANCES PARA FINANCIAR!

SEM ENTRADA DISPONÍVEL AGORA

ENTRADA ENTRE R\$500 E R\$1.000

TENHO MAIS DE R\$1.000 RESERVADOS

Informações do veículo

Opcionais e itens de série:

Volante com ajuste de profundidade Controle de tração

Controle elétrico do vidros traseiros Computador de bordo Câmera de ré

Travas elétricas Airbags frontais Banco do motorista com ajuste de altura

Conexão usb Freios abs Airbag para motorista Piloto automático adaptativo

Airbags laterais Controle elétrico do vidros dianteiros Ar condicionado

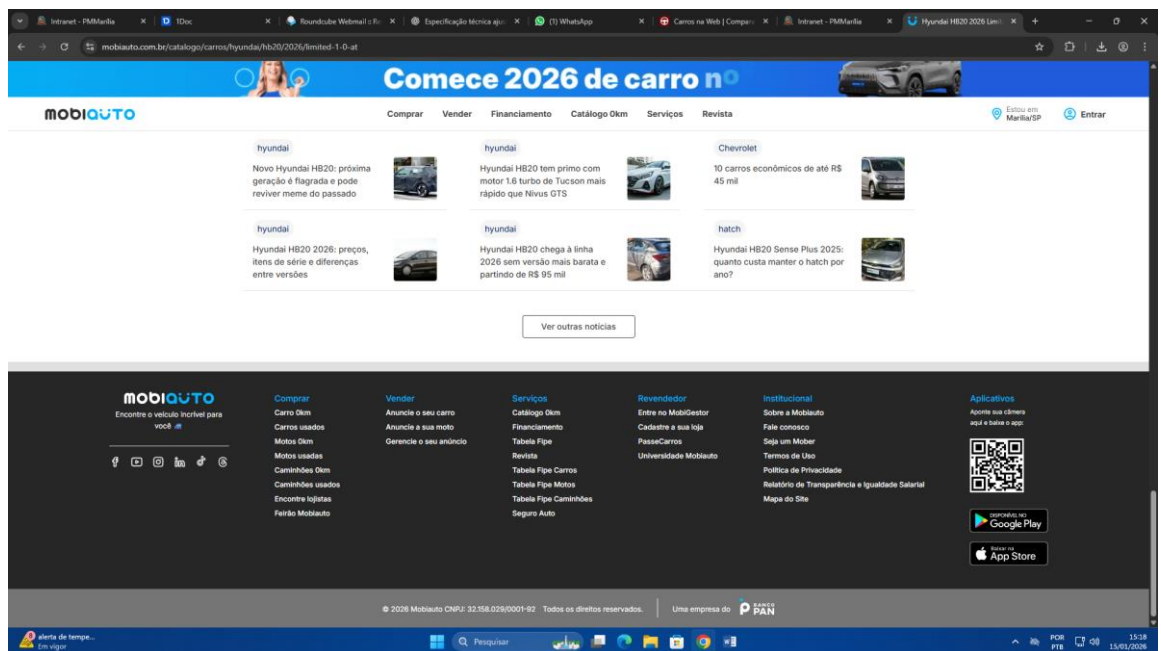
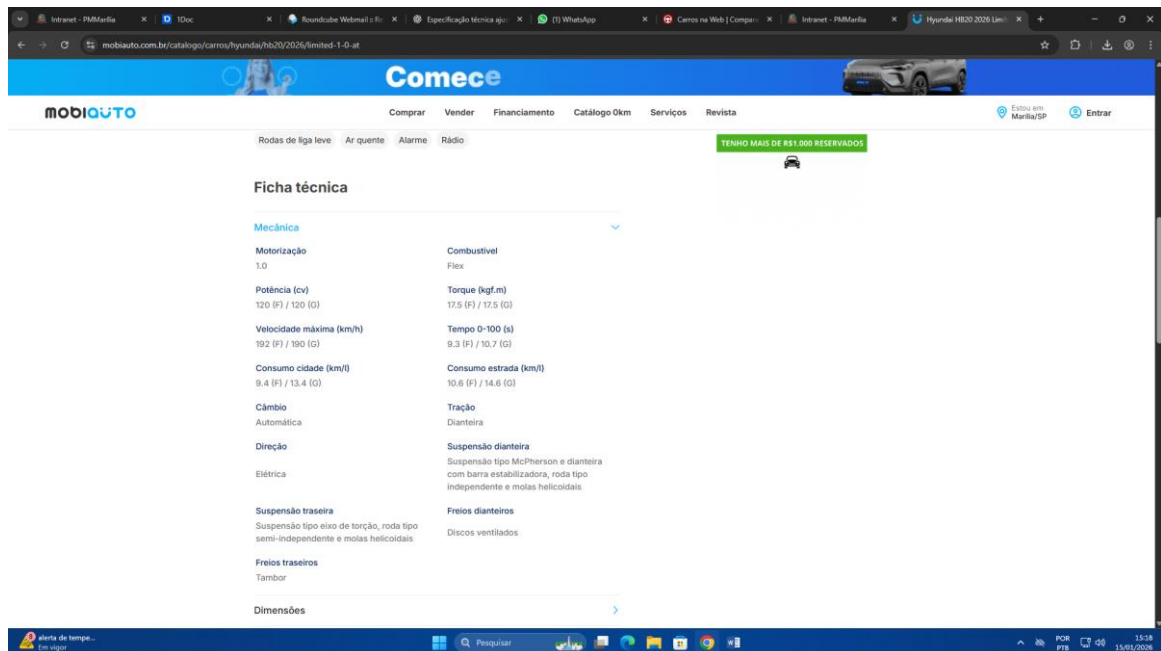
Conexão bluetooth Central multimídia Acendimento automático dos faróis

Rodas de liga leve Ar quente Alarme Rádio

Ficha técnica

alerta de tempo... Em vigor

15:18 15/01/2026



MOBIAUTO EDICAO DE ANUNCIOS ON LINE LTDA

CNPJ: 32.158.029/0001-92

VALOR: R\$ 119.990,00

<https://www.mobiauto.com.br/catalogo/carros/hyundai/hb20/2026/limited-1-0-at>

Bom Negócio Atividades de Internet Ltda

Internet - PM/Maria x 1Doc x 1Foundube Web x 1Especificação Técnico x WhatsApp x Carros na Web | Con x Internet - PM/Maria x Volkswagen Polo 20 x Volkswagen Highline


sc.olu.com.br/florianopolis-e-regiao/autos-e-peças/carros-vans-e-utilitarios/volkswagen-polo-highline-tsi-1-0-flex-12v-aut-2026-145186093978is-listing-2020

Buscar

Plano Profissional Meus Anúncios Chat Notificações Entrar Anunciar grátis

Santa Catarina > Florianópolis e região > Carros, vans e utilitários > Grande Florianópolis > Palhoça

15/01 às 10:23



Com manual Chave reserva

Volkswagen Polo Highline TSI 1.0 Flex 12V Aut. 2026

VALOR ANUNCIADO PARA PAGAMENTO À VISTA OU FINANCIADO...

R\$ 129.900

ACEITA TROCAS

Simular parcelas

(48) 99600- Ver números

Chat

Whatsapp

As dicas para entrar em contato, seus dados serão compartilhados pela OLX com os anunciantes, a fim de personalizar sua experiência de negociação. Saiba mais

Referência de preço

R\$ 129.900
Preço do anúncio

R\$ 117.900
PREÇO MÉDIO OLX

R\$ 115.525
PREÇO FIPE

Internet - PM/Maria x 1Doc x 1Foundube Web x 1Especificação Técnico x WhatsApp x Carros na Web | Con x Internet - PM/Maria x Volkswagen Polo 20 x Volkswagen Highline

sc.olu.com.br/florianopolis-e-regiao/autos-e-peças/carros-vans-e-utilitarios/volkswagen-polo-highline-tsi-1-0-flex-12v-aut-2026-145186093978is-listing-2020

Fotos Descrição Detalhes Localização

As verifique ou enviar mensagem, seus dados poderão ser compartilhados os anunciantes, a fim de personalizar sua experiência de negociação. Saiba mais

R\$ 129.900

Chat

Whatsapp

Com manual Chave reserva

Volkswagen Polo Highline TSI 1.0 Flex 12V Aut. 2026

VALOR ANUNCIADO PARA PAGAMENTO À VISTA OU FINANCIADO...

Ver descrição completa

Consulte o histórico deste veículo

Histórico de roubo e furto, impedimentos de transferência, histórico de Km, dívidas e débitos.

Comprar relatório completo

Consórcio fácil e sem burocracia!

Com o consórcio inteligente, você encontra a melhor proposta para comprar seu carro no prazo que faz sentido pra você! Simule agora e acelere sua conquista!

Simular consórcio agora!

Precisa financiar? Pague em 48x R\$ 3.439,15* com entrada de R\$ 28.578,00.

Valores estimados. Utilizando seu CPF você pode conseguir outros valores de parcelas financiadas.

Simular parcelas

Esta conta passou por um processo de validação de CNPJ.

Saiba mais

Loja Verificada

André Cunha Automóveis

online

Nível Básico

Saiba mais

Na OLX desde outubro de 2024

Centro, Palhoça - SC

Acessar perfil da loja

Avaliações do Google

4.9

Ver as 188 avaliações

Categoria Carros, Vans E Utilitários

Modelo Volkswagen Highline Tsi 1.0 Flex

Marca Volkswagen

Ano 2026

Internet - PIMMarta x 1Doc x 17 Roubidura Web x Especificação Menu x WhatsApp x Carros na Web | Con x Internet - PIMMarta x Volkswagen Polo 20 x Volkswagen Highline x

sc.olk.com.br/florianopolis-e-regiao/autos-e-pecas/carros-vans-e-utilitarios/volkswagen-polo-highline-tsi-1-0-flex-12v-aut-2026-1451860939?lis=listing_2020

Fotos Descrição Detalhes Localização

As verifique o número de envio mensagem, seus dados poderão ser compartilhados com anunciantes, a fim de personalizar sua experiência de navegação. Saiba mais

R\$ 129.900 Chat WhatsApp

Alertar por e-mail ou por SMS

Detalhes

Categoria: Carros, Vans e Utilitários
 Modelo: Volkswagen Highline Tsi 1.0 Flex 12v Aut.
 Marca: Volkswagen
 Ano: 2026
 Quilometragem: 0
 Potência do motor: 1.0
 Combustível: Flex
 Câmbio: Automático
 Direção: Elétrica
 Cor: Preto
 Portas: 4 Portas
 Possui Kit GPS: Não
 Tipo de direção: Elétrica

Opcionais deste veículo

Air bag
 Vidro elétrico
 Ar condicionado
 Computador de bordo

Diferenciais do vendedor

Garantia 3 meses

Avaliações do Google
 4.9
 Ver as 398 avaliações

Informações verificadas
 E-mail
 Telefone
 Loja verificada
 Facebook

Dicas de segurança
 Não faça pagamentos antes de verificar se o veículo existe.
 Exibir mais dicas

Denunciar anúncio

28°C
Pneú. molhado

14:34
15/01/2026

Internet - PIMMarta x 1Doc x 17 Roubidura Web x Especificação Menu x WhatsApp x Carros na Web | Con x Internet - PIMMarta x Volkswagen Polo 20 x Volkswagen Highline x

sc.olk.com.br/florianopolis-e-regiao/autos-e-pecas/carros-vans-e-utilitarios/volkswagen-polo-highline-tsi-1-0-flex-12v-aut-2026-1451860939?lis=listing_2020

Fotos Descrição Detalhes Localização

As verifique o número de envio mensagem, seus dados poderão ser compartilhados com anunciantes, a fim de personalizar sua experiência de navegação. Saiba mais

R\$ 129.900 Chat WhatsApp






Alertar por e-mail ou por SMS

Localização

Centro
 Pátio, SC, 88130040

Mais anúncios desse vendedor

Ver todos os anúncios >

 Volkswagen Polo Highline TSI 1.0 Flex 12v Aut. R\$ 129.900 Hqje, 10:22 Pátio, SC	 Volkswagen Nivus Highline 1.0 200 TSI Flex 12v Aut. R\$ 109.900 Hqje, 10:22 Pátio, SC	 Chevrolet Vectra GT-X 2.0 MPFI 8V Flexpower Aut. R\$ 40.900 14/01/2026, 17:54 Pátio, SC	 Honda CR-V EXL 2.0 16V 4wd/2.0 Flexone Aut. R\$ 79.900 14/01/2026, 15:47 Pátio, SC	 Peugeot 2008 Allure Pack 1.6 Flex 16V Aut. 2024 R\$ 95.900 14/01/2026, 15:47 Pátio, SC
---	--	--	---	--

Ajuda Dicas de segurança Termos de uso Política de privacidade Propriedade intelectual Mapa do site Trabalhe conosco Grupo OLX ZAP Imóveis Viva Real

© Bom Negócio Atividades de Internet Ltda. - Rua do Catete, 359, Flamengo - 22220-001 - Rio de Janeiro, RJ

f y t i n
 Pesquisar - Anúncios de M. L. King Jr.

28°C
Pneú. molhado

14:34
15/01/2026

Bom Negócio Atividades de Internet Ltda – CNPJ 13.673.743/0002-55

PREÇO: R\$ 129.900,00

https://sc.olk.com.br/florianopolis-e-regiao/autos-e-pecas/carros-vans-e-utilitarios/volkswagen-polo-highline-tsi-1-0-flex-12v-aut-2026-1451860939?lis=listing_2020